



Comissão Nacional para Implementação da Convenção Quadro para Controle do Tabaco (CONICQ)

A CONVENÇÃO QUADRO PARA CONTROLE DO TABACO (COP5) E PRODUÇÃO DE FUMO ¹

**ANÁLISE DE SITUAÇÃO
27 de setembro de 2012**

SUMÁRIO EXECUTIVO

- O Brasil é Estado Parte da Convenção Quadro para Controle (CQCT) desde 2005. Para a governança da implementação desse tratado foi instituída por Decreto Presidencial a Comissão Nacional para Implementação da CQCT (CONICQ) que tem o Ministro da Saúde como seu presidente e o INCA como sua Secretaria Executiva.
- A CQCT é o primeiro tratado internacional de saúde pública, negociado sob os auspícios da Organização Mundial de Saúde (OMS), e tem como objetivo reduzir o consumo global de produtos de tabaco e a carga de doenças e mortes resultantes do tabagismo.
- Grande parte das medidas da CQCT já estão em maior ou menor grau implementadas no Brasil onde já observa-se uma significativa redução do tabagismo e de mortes por doenças tabaco relacionadas como as cardiovasculares, as respiratórias crônicas e o câncer de pulmão..
- A Convenção Quadro para Controle do Tabaco (CQCT) em vigor há quase 7 anos está andando a passos largos no mundo. Já ratificaram a adesão a esse tratado 175 países. E grande parte deles já adotaram leis nacionais proibindo fumar em recintos coletivos, a propaganda e promoção de cigarros e de produtos similares e adotaram as advertências sanitárias impactantes nas embalagens e políticas tributárias sobre o setor fumo alinhadas com os objetivos do tratado. E mesmo os que não ratificaram também estão implementando suas medidas a passos largos - exemplo dos EUA e Argentina.

¹ Esse documento foi elaborado pela Secretaria Executiva da CONICQ com a colaboração de representantes do MDA na Comissão.



- Segundo análise da feita pela Organização Mundial da Saúde sobre a evolução da CQCT: *O progresso continua— cerca de 3,8 bilhões de pessoas estão agora cobertas por pelo menos uma medida efetiva de controle do tabaco... O número de pessoas protegidas por medidas de controle do tabaco está crescendo em uma velocidade extraordinária.*
- Em setembro de 2011 a aceleração da implementação da CQCT foi um compromisso assumido pelos Chefes de Estado e de Governo na reunião de Cúpula na ONU para tratar de estratégias para reverter a escalada das Doenças Crônicas Não Transmissíveis no mundo, entendida como uma grave ameaça ao desenvolvimento. E a redução do tabagismo foi considerada a medida mais urgente e custo efetiva nessa agenda.
- Muitos países já mostram expressiva redução de prevalência do tabagismo, inclusive o Brasil com repercussões positivas na carga de doenças e mortes tabaco relacionadas.
- Até monitores do mercado internacional de fumo já apontam sinais de redução de demanda mundial de fumo. Segundo o Global Industry Analysts já observa-se tendências de desaceleração do crescimento global do consumo de produtos de tabaco “devido ao crescimento de regulações governamentais sobre o mercado de fumo e preocupações sanitárias”..
- Prevendo isso, a CQCT incluiu no conjunto de suas obrigações medidas para salvaguardar os produtores de fumo tanto na perspectiva econômica como na sanitária e ambiental :
 - Art 17: “As Partes, em cooperação entre si e com as organizações intergovernamentais internacionais e regionais competentes promoverão, conforme proceda, alternativas economicamente viáveis para os trabalhadores, os cultivadores e, eventualmente, os varejistas de pequeno porte”.*
 - Art 18: “Em cumprimento às obrigações estabelecidas na presente Convenção, as Partes concordam em prestar devida atenção, no que diz respeito ao cultivo do tabaco e à fabricação de produtos de tabaco em seus respectivos territórios, à proteção do meio ambiente e à saúde das pessoas em relação ao meio ambiente*
- Enquanto um grande produtor de fumo, o Brasil tem a obrigação de implementar essas medidas. Por isso, ao ratificar a CQCT em 2005, o governo brasileiro instituiu o Programa de Diversificação Áreas Cultivadas com Tabaco em cumprimento ao artigo 17 da CQCT, um compromisso assumido pelo Poder Executivo junto ao Legislativo como condicionante para ratificação da CQCT por este.



- O Programa de Diversificação já conseguiu beneficiar cerca de 10 mil famílias produtoras de tabaco no sentido de reduzir a sua dependência econômica da produção de fumo. No entanto tem como grande desafio ampliar sua cobertura e, sobretudo, vencer as resistências à sua implementação construídas por grandes companhias transnacionais de fumo nas regiões produtoras.
- Para a indústria do tabaco e organizações a ela afiliadas, a existência de alternativas à produção de fumo para pequenos agricultores é vista como uma ameaça para sua lucratividade pois a produção agrícola é um componente central para redução dos custos de produção de cigarros e outros produtos de tabaco. E a redução dos preços dos cigarros é essencial para ampliar o acesso a esses produtos especialmente para adolescentes e população de baixa renda. Por isso para empresas transnacionais que fabricam cigarros e similares tornou-se estratégico a coordenação da cadeia produtiva do fumo desde o seu componente agrícola .
- No Brasil, o componente agrícola da cadeia produtiva de fumo se dá em regime de integração com grandes empresas transnacionais e envolve cerca de 186 mil famílias de pequenos agricultores. Além de encontrarem-se em vulnerabilidade econômica, pois a maior parte da produção de fumo é exportada frente a uma rápida evolução da CQCT no mundo, grande parte dessas famílias também são submetidas a graves riscos sanitários e ambientais.
- Por isso, as medidas relativas ao artigo 18 vêm sendo conduzidas pelo Ministério da Saúde e outros entes do SUS na perspectiva de vigilância dos agravos à saúde do trabalhador e à saúde ambiental de forma integrada às ações do Programa de Diversificação coordenado pelo MDA.
- O Plano de Ações Estratégicas para Enfrentamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis no Brasil 2011-2022, levado pela Presidente Dilma para a reunião da ONU sobre DCNT acima referida, tem como uma das estratégias centrais “Avançar nas ações de implementação da CQCT” – Decreto no. 5658/2006” . E como uma de suas ações: “ Fortalecer a integração do setor saúde e demais setores governamentais com o Programa Nacional de Diversificação em áreas Cultivadas com o Tabaco (MDA) visando a ampliação da cobertura desse programa.”
- Enquanto Estado Parte da CQCT, o Brasil se prepara para participas da 5ª sessão da Conferência das Partes da Convenção Quadro para Controle do Tabaco (COP5) que acontecerá em novembro de 2012 na Coréia do Sul.
- A COP5 terá como item de pauta os artigo 17 e 18 da Convenção e deliberará sobre uma “Minuta de Opções de Políticas e Recomendações sobre Alternativas Economicamente Sustentáveis para a Produção de Fumo em Relação aos Artigos 17 e 18 da Convenção Quadro para Controle do Tabaco” (FCTC/COP/5/10 .



- O item 6.3 dessa minuta suscitou grande reação de representantes da cadeia produtiva de fumo porque recomenda que os países produtores reduzam a área plantada com fumo.
- Essa recomendação não teve apoio da delegação do Brasil nem de várias outras delegações (União Europeia, Canadá, Grécia, Japão dentre outras) pois a Convenção contém medidas para salvaguardar os fumicultores de uma esperada redução da demanda com o alcance dos seus objetivos mas não contém nenhum tipo de medida ou recomendação para restringir a produção de fumo.
- No entanto, o Brasil precisa acelerar o passo no processo de diversificação de atividades econômicas nas áreas produtoras de fumo. Pois se por um lado o tabagismo já vem caindo de forma significativa nacionalmente, de outro a produção de fumo vem aumentando e atualmente 85% de seu volume é exportado.
- De forma descolada da realidade sobre o mercado global de fumo, empresas transnacionais que operam no Brasil vêm estimulando a ampliação dessa produção inclusive com acesso à crédito subsidiado. E procuram manter na região um clima de euforia com as perspectivas de exportação nas regiões produtoras.
- Hoje os monitores do mercado global de fumo estão cientes de que há uma clara redução de consumo nos países desenvolvidos mas colocam expectativa no crescimento do consumo em países do Leste Europeu e da Ásia.
- No entanto, a China tida como um grande mercado de fumo pois responde por 30% do consumo global de tabaco, e é um dos principais destinos das exportações brasileiras de fumo, ratificou a CQCT. E hoje está sob grande pressão moral para implementar medidas para redução do tabagismo que mata cerca de 1 milhão de chineses todos os anos. A partir de 2011 já adotou' medidas como a proibição de fumar em ambientes públicos fechados, e considera o aumento dos impostos como forma de reduzir o consumo.
- Na Rússia, um dos maiores consumidores de tabaco do Leste Europeu, o Presidente Vladimir Putin recentemente passou a investir fortemente em medidas para reduzir o consumo apesar da pressão de grandes empresas de fumo.
- Hoje há um reconhecimento global por instituições desenvolvimentistas de que o consumo e a produção de fumo são incompatíveis com o desenvolvimento sustentável.
- O Banco Mundial que na década de 80 estimulou países a cultivarem fumo como uma produção geradora de renda, a partir de 1991 passou a proibir a utilização de seus recursos para essa produção e a estimular países a investirem em medidas para a redução do consumo. E várias outras instituições inclusive o FMI e o



Conselho Econômico e Social da ONU reconhecem e expressam em suas políticas o entendimento de que tabaco e pobreza formam um ciclo vicioso.

- Mais recentemente frente à onda de litígios empreendidos por empresas de tabaco contra governos que adotaram medidas da Convenção sob a argumentação de que essas medidas violavam acordos internacionais de livre comércio, o Presidente da Organização Mundial do Comércio (OMC) Pascal Lamy manifestou seu entendimento de que não existe incompatibilidade entre as medidas da Convenção e as regras da OMC.
- No Brasil, mais de 97% da produção nacional de fumo concentra-se nos três estados da região Sul num total de 733 municípios, muitos dos quais têm economia suas economias quase que totalmente dependente do fumo. E a produção nacional de fumo cresceu de 670 mil toneladas na safra 2001/02 para 932 mil toneladas na safra de 2010/2011.
- E hoje os sinais de retração do mercado global de fumo já se expressam em algumas regiões produtoras do Brasil , onde várias famílias de pequenos agricultores já estão sendo abruptamente excluídas da cadeia produtiva.
- No entanto, ao mesmo tempo em que essas empresas procuram expandir a produção de fumo nacionalmente, têm procurado obstruir e desqualificar o Programa Nacional de Diversificação de produção em Áreas Cultivadas com Tabaco. E paralelamente culpabilizam as ações nacionais para reduzir o tabagismo por situações desfavoráveis ao mercado nacional de fumo que decorrem da conjuntura internacional e tentam revertê-las inclusive usando como trincheira a Câmara Setorial do Fumo abrigada no Ministério da Agricultura.
- É, portanto, fundamental que o Brasil acelere o passo na implementação dos artigos 17 e 18 nas regiões fumicultoras principalmente as que têm no fumo sua principal fonte econômica. E, sobretudo, que essa política seja protegida de interferências indevidas em cumprimento ao artigo 5.3 da CQCT cujas diretrizes reconhecem que

“Existe um conflito fundamental e irreconciliável entre a indústria do tabaco e os interesses de saúde pública”.

- Reconhecimento esse formalmente expresso na Declaração Política de Chefes de Estado reunidos na ONU em setembro de 2011 para pactuar um Plano Global para deter o crescimento alarmante de doenças não transmissíveis é considerado uma ameaça para o desenvolvimento sustentável em todo o planeta.



ÍNDICE:

1. SITUAÇÃO

2. CONTEXTO

- 2.1 O Brasil - Estado Parte da Convenção Quadro da OMS para Controle do Tabaco
- 2.2 Os artigos 17 e 18 seus significados e importância no contexto da Convenção Quadro da OMS para Controle do Tabaco
- 2.3 O que será analisado e deliberado sobre os artigos 17 e 18 na COP5
- 2.4 O Grupo de Trabalho da CQCT que elaborou o documento sobre os artigos 17 e 18 a ser analisado na COP5 e o envolvimento do Brasil nesses trabalhos.
- 2.5 A evolução da CQCT e efeitos já visíveis sobre a demanda de tabaco
- 2.6 A urgência da implementação dos artigos 17 e 18 para salvaguardar os pequenos agricultores que plantam fumo:
 - 2.6.a Brasil - produção de fumo
 - 2.6.b O fator China no mercado internacional de fumo precisa ser considerado pelo Brasil
 - 2.6.c Brasil – danos sanitários e ambientais inerentes a produção de fumo
- 2.7 O Programa de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco – Avanços, Desafios e Oportunidades
- 2.8 Convergência dos esforços das agendas de desenvolvimento de todos os setores do governo na implementação da CQCT em especial dos artigos 17 e 18 é um dos grandes desafios para o qual existem muitas oportunidades:

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

ANEXOS

REFERÊNCIAS



1. SITUAÇÃO

A 5ª sessão da Conferência das Partes da Convenção Quadro para Controle do Tabaco (COP5) terá como item de pauta o artigo 17 da Convenção que trata da promoção de alternativas economicamente viáveis à produção de fumo e o artigo 18 que trata da prevenção de danos ambientais e sanitários inerentes à essa produção.

Um Relatório de Progresso sobre esse tema e uma “Minuta de Opções de Políticas e Recomendações sobre Alternativas Economicamente Sustentáveis para a Produção de Fumo em Relação aos Artigos 17 e 18 da Convenção Quadro para Controle do Tabaco” (FCTC/COP/5/10) serão analisados pela COP5 para deliberações sobre os futuros passos na implementação desses artigos da Convenção.

Por outro lado, um dos aspectos dessa minuta tem suscitado grande reação de representantes da cadeia produtiva de fumo. Trata-se do item 6.3 onde consta a recomendação de que os países produtores reduzam a área plantada com fumo.

Vale salientar que essa recomendação não teve apoio da delegação do Brasil nem de várias outras delegações presentes na 3ª reunião do Grupo de Trabalho que elaborou essa minuta. Isso porque há o amplo entendimento de que a Convenção busca formas de salvaguardar os fumicultores de uma esperada redução da demanda com o alcance dos seus objetivos e não determina nenhum tipo de restrição à produção de fumo. Logo, reduzir produção de fumo não poderia ser nem objetivo nem meta dessas recomendações. Além disso, as recomendações desse documento não têm caráter vinculante.

No Brasil, esse tema foi polemizado mais ainda em função da Resolução do Bacen 4107 de 28 de junho de 2012 que mantendo a proibição do uso do crédito do Pronaf para produção de fumo em vigor desde 2002, buscou ampliar a proporção da renda advinda de outras produções a serem comprovadas por produtores do fumo que quisessem acessar esse crédito. Embora essa medida tenha sido concebida como estímulo à diversificação, foi posteriormente revogada frente ao entendimento de que poderia dificultar o acesso a crédito do Pronaf por parte de fumicultores que estavam em processo de diversificação mas ainda não tinham atingido a proporção de renda advinda de outras produções estipulada pela medida.

Por outro lado, vários representantes da cadeia produtiva do fumo alardearam essa medida como um prévio cumprimento das recomendações da minuta acima referida. Essa situação demonstra o quanto esse tema é sensível e vulnerável à manipulações por parte de setores que não têm interesse na implementação dos artigos 17 e 18 da CQCT.



E dessa forma em caráter preparatório da delegação do Brasil para a COP5 o Exmo Sr Ministro da Saúde e Presidente da CONICQ e o Exmo Sr Ministro do Desenvolvimento Agrário realizarão o Seminário Desafios Nacionais na Diversificação das áreas Cultivadas com Tabaco em Brasília no dia 10 de outubro de 2012.

2. CONTEXTO

2.1 O Brasil - Estado Parte da Convenção Quadro da OMS para Controle do Tabaco

Em novembro de 2005, a adesão do Brasil à Convenção-Quadro da OMS para Controle do Tabaco (CQCT) foi ratificada pelo Congresso Nacional² e em janeiro de 2006 promulgada pelo Presidente da República.³ Com isso, a implementação nacional desse tratado internacional de saúde pública ganhou o status de uma Política de Estado.

Para a **Política Nacional de Controle do Tabaco (PNCT)**, as medidas da Convenção seus protocolos e diretrizes são o mapa de obrigações legais a serem cumpridas pelo Estado Brasileiro na perspectiva de sua política de desenvolvimento.

Para a governança dessa política foi criada por decreto presidencial a Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro (CONICQ) que atualmente conta com representações de 18 diferentes setores do governo, é presidida pelo Ministro da Saúde e tem o Instituto Nacional de Câncer (INCA) como sua Secretaria Executiva. Sua principal função é articular a organização e implementação de uma agenda intersetorial de governo para o cumprimento das obrigações da CQCT.

Como Estado Parte da CQCT o Brasil tem participado ativamente nas atividades de cooperação internacional para viabilizar sua implementação global. Dentre elas merece destaque as sessões das Conferências das Partes da Convenção Quadro (COP) que acontecem a cada 2 anos e são precedidas de atividades preparatórias envolvendo grupos de trabalho temáticos. A COP é um organismo vinculado à Convenção integrado por seus Estados Partes que acompanham e buscam garantir o alcance de seus objetivos. É nessa perspectiva que o Brasil se prepara para as deliberações a serem tomadas pela COP5, dentre as quais os futuros encaminhamentos para a implementação dos artigos 17 e 18 que se relacionam à produção de fumo.

² **Decreto Legislativo nº 1.012, de 2005** Aprova o texto da Convenção-Quadro sobre Controle do Tabaco, assinada pelo Brasil, em 16 de junho de 2003. Publicado em DOU em - 28/10/2005 , Seção 1 Página 1

3 DECRETO Nº 5.658, DE 2 DE JANEIRO DE 2006. Promulga a Convenção-Quadro sobre Controle do Uso do Tabaco, adotada pelos países membros da Organização Mundial de Saúde em 21 de maio de 2003 e assinada pelo Brasil em 16 de junho de 2003



2.2 Os artigos 17 e 18 seus significados e importância no contexto da Convenção Quadro da OMS para Controle do Tabaco

A CQCT congrega um conjunto de medidas multissetoriais para reduzir a demanda por produtos de tabaco e a carga de doenças e mortes tabaco relacionadas.

Por outro lado, no seu elenco de obrigações encontram-se medidas para salvaguardar os meios de vida dos produtores agrícolas de tabaco, do esperado impacto econômico com o alcance dos objetivos da Convenção. Esse aspecto é expresso em várias partes da CQCT:

No Preâmbulo da CQCT seus Estados Partes reconhecem

“a necessidade de estabelecer mecanismos apropriados para enfrentar as consequências sociais e econômicas que, a longo prazo, surgirão com o êxito das estratégias de redução da demanda de tabaco” e “as dificuldades sociais e econômicas que podem gerar a médio e longo prazo os programas de controle do tabaco em alguns países em desenvolvimento ou com economias em transição, e reconhecendo suas necessidades por assistência técnica e financeira no contexto das estratégias de desenvolvimento sustentável formuladas no nível nacional”.

No princípio norteador da Convenção (artigo 4.6) as Partes da Convenção expressam que:

“Devem ser reconhecidos e abordados, no contexto das estratégias nacionais de desenvolvimento sustentável, a importância da assistência técnica e financeira para auxiliar a transição econômica dos produtores agrícolas e trabalhadores cujos meios de vida sejam gravemente afetados em decorrência dos programas de controle do tabaco, nas Partes que sejam países em desenvolvimento, e nas que tenham economias em transição”.

Já o artigo 26 da CQCT (recursos financeiros) inclui a obrigação de financiamento adequado de estratégias para promover alternativas economicamente viáveis à produção de fumo no contexto do desenvolvimento sustentável:

“As Partes promoverão, quando aplicável, a utilização de canais bilaterais, regionais, sub-regionais e outros canais multilaterais para financiar a elaboração e o fortalecimento de programas multissetoriais integrais de controle do tabaco, das Partes que sejam países em desenvolvimento ou que tenham economias em transição. Devem ser abordados e apoiados, portanto, no contexto de estratégias nacionais de desenvolvimento sustentável, alternativas economicamente viáveis à produção do tabaco, inclusive culturas alternativas”. (CQCT art 26.3)



E medidas para salvaguardar os produtores tanto na perspectiva econômica como sanitária e ambiental tornam-se obrigações através dos artigos 17 e 18:

Art 17: “As Partes, em cooperação entre si e com as organizações intergovernamentais internacionais e regionais competentes promoverão, conforme proceda, alternativas economicamente viáveis para os trabalhadores, os cultivadores e, eventualmente, os varejistas de pequeno porte”.

Art 18: “Em cumprimento às obrigações estabelecidas na presente Convenção, as Partes concordam em prestar devida atenção, no que diz respeito ao cultivo do tabaco e à fabricação de produtos de tabaco em seus respectivos territórios, à proteção do meio ambiente e à saúde das pessoas em relação ao meio ambiente”.

Sendo o Brasil um grande produtor e exportador de fumo, estes são temas especialmente importantes na agenda nacional motivo pelo qual ao ratificar a CQCT em 2006 o Governo Federal criou o Programa de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Trata-se de uma iniciativa que nacionalmente tem caminhado junto com ações de saúde voltadas para a proteção do ambiente e da saúde do trabalhador em regiões produtoras de fumo. Vale salientar que o Plano de Ações Estratégicas para Enfrentamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis no Brasil 2011-2022 levado pela Presidente Dilma para a reunião de Cúpula da ONU sobre DCNT em setembro de 2011 incluiu dentre suas ações “Fortalecer a integração do setor saúde e demais setores governamentais com o Programa Nacional de Diversificação em áreas Cultivadas com o Tabaco (MDA) visando a ampliação da cobertura desse programa” como parte da estratégia 09 desse Plano: “Avançar nas ações de implementação da CQCT” – Decreto no. 5658/2006”⁴.

2.3 O Grupo de Trabalho da CQCT que elaborou o documento sobre os artigos 17 e 18 a ser analisado na COP5 e o envolvimento do Brasil nesses trabalhos

O Grupo de Trabalho (GT) sobre alternativas economicamente viáveis à produção agrícola de fumo em relação aos artigos 17 & 18 da Convenção Quadro para Controle do Tabaco (Working group on economically sustainable alternatives to tobacco growing (in relation to Articles 17 & 18 of the WHO FCTC) foi instituído pela COP3 que lhe deu o seguinte mandato:⁵

(a) desenvolver uma matriz metodológica padrão para avaliar de forma abrangente a viabilidade e a sustentabilidade da produção agrícola de fumo e de meios de vida

⁴ Plano de Ações Estratégicas para Enfrentamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis no Brasil 2011-2022 http://189.28.128.100/dab/docs/geral/plano_acao_dcnt_julho.pdf

⁵ Decision FCTC/COP3(16).



alternativos incluindo mas não limitados à sistemas de cultivos alternativos, e levando em consideração fatores sanitários, sociais, ambientais e econômicos.

(b) padronizar, levando em conta os objetivos da Convenção, a terminologia, os instrumentos e as variáveis usadas nessa área, de forma alinhada com padrões e práticas internacionais;

(c) promover o desenvolvimento de estudos sobre os efeitos da produção agrícola de fumo sobre a saúde, o ambiente e sobre as estruturas sociais nos Estados Partes da CQCT que são países em desenvolvimento e nos com economia em transição ;

(d) identificar e promover ativamente trocas de informações e experiências entre países que estão tomando iniciativas de assistir os agricultores na troca da produção de fumo por meios de vida alternativos;

e) avaliar fontes de informação, pesquisas e experiências, melhores práticas e regulações relacionadas à produção de fumo, à emprego e ao papel da indústria do tabaco, coletando-as e compartilhando –as quando apropriadas;

(f) promover sinergias e evitar duplicação de esforços através da identificação e do desenvolvimento de mecanismo e áreas de cooperação com organizações intergovernamentais, e organizações não governamentais que tenham expertise na promoção de alternativas sustentáveis à produção de fumo ex. sistemas de produção agrícolas alternativos ; e

(g) elaborar, com base nos itens acima, e quando o grupo de trabalho considerar apropriado , opções de políticas e recomendações para a implementação dos Artigos 17 e 18 da Convenção para consideração da Conferencia das Partes.

O Brasil junto com a Grécia, Índia, México e Turquia formam o grupo de países facilitadores desse Grupo de Trabalho. Além disso, 23 países atuam como parceiros desse GT.⁶

Esse Grupo de Trabalho (Working Group on article 17 & 18) se reuniu 3 vezes . A primeira reunião ocorreu na Índia em 2009, a segunda em Gana em 2010 e a terceira em Genebra em 2012.

A criação do GT para os artigos 17 e 18 resultou de um esforço especial do Brasil ainda na 1ª Conferências das Partes da Convenção-Quadro (COP1) em 2006. Nessa ocasião foi criado um Grupo de Estudos sobre alternativas economicamente viáveis à produção de fumo em relação aos artigos 17 e 18 da CQCT⁷ com o objetivo de reunir informações e estudos sobre o tema assim como identificar hiatos de conhecimentos necessários para subsidiar a implementação desses artigos .

⁶ Burkina Faso; Cameroon; Democratic Republic of the Congo; Djibouti; European Union; Ghana; Hungary; Iran (Islamic Republic of); Italy; Kenya; Madagascar; Mali; Nigeria; Pakistan; Philippines; Republic of Moldova; Rwanda; Senegal; Syrian Arab Republic; Thailand; United Republic of Tanzania; Viet Nam; Zambia

http://www.who.int/fctc/protocol/guidelines/working_groups/overviewmembership_aftercop_19may11.pdf

⁷ Study group on economically sustainable alternatives to tobacco growing in relation to Articles 17 and 18 of the Convention) (decision FCTC /COP1/(17)



Nas suas duas reuniões, a primeira delas sediada no Brasil, o Grupo de Estudos concluiu que a substituição de uma atividade econômica por outra não era suficiente para abordar de forma adequada o problema da pobreza e da vulnerabilidade dos fumicultores. Por isso recomendou a abordagem de meios de vida sustentáveis⁸ como a mais adequada para a implementação dos artigos 17 e 18 da CQCT em função do entendimento de que essa abordagem deveria ser conduzida a partir de uma perspectiva de desenvolvimento sustentável, envolvendo aspectos de saúde, de meio ambiente, sociais e econômicos, indo além da substituição de uma atividade econômica por outra.

Ainda nesse contexto, o Grupo de Estudos entendeu a necessidade de se desenvolver uma matriz metodológica holística para comparar os meios de vida dos produtores de fumo com meios de vida alternativos e prover as bases para implementação dos artigos 17 e 18. E recomendou a diversificação de atividades como um estágio intermediário no processo de mudança de produção, envolvendo tanto oportunidades agrícolas como não agrícolas, e incluindo agregação de valor.

Também identificou a necessidade de pesquisas relacionadas aos efeitos da produção de fumo sobre a saúde e sobre o ambiente, assim como sobre seu impacto sócio econômico, e que todas as pesquisas sobre produção de fumo e suas alternativas produtivas em potencial fossem compiladas para formular as próximas etapas.

Além disso, recomendou que o desenvolvimento de alternativas ao fumo fosse parte de programas governamentais abrangentes de desenvolvimento rural. E destacou a necessidade dos governos protegerem as medidas relacionadas à promoção de alternativas ao fumo de interferências indevidas da indústria do tabaco, conforme determina a CQCT no seu artigo 5.3 e suas diretrizes.

As conclusões e recomendações do Grupo de Estudos foram a base para a decisão da Conferência das Partes da Convenção na sua 3ª reunião (COP3) transformá-lo em um Grupo de Trabalho (*working group (WG) on article 17 and 18 - decision FCTC/COP3(16)*) com os mandatos específicos acima descritos.

Nesse processo, merece destaque o protagonismo do Brasil que é o único país que tem uma iniciativa de abrangência nacional para o cumprimento desse artigo como parte da sua agenda nacional de desenvolvimento rural. Isso se dá através do Programa de Diversificação Produtiva em Áreas cultivadas com Tabaco coordenado pelo MDA e desenvolvido.

⁸ O conceito de meios de vida sustentável (sustainable livelihoods) foi introduzido por Amartya Sen, Prêmio Nobel em economia em 1998 e criador do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), e usado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento no seu relatório anual. Trata-se de uma abordagem que vem sendo amplamente usada como base para as ações de promoção do desenvolvimento rural sustentável.



Vale salientar que o Brasil assumiu o compromisso de desenvolver a matriz metodológica para avaliar os meios de vida que corresponde ao primeiro item da lista que integra o mandato do GT acima citado. Essa iniciativa se dá sob a coordenação do MDA através de uma cooperação técnica com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul envolvendo um grupo multidisciplinar de pesquisadores da Pós Graduação do Programa de Desenvolvimento Rural da Universidade. Também merece destaque o projeto piloto em desenvolvimento no município de Dom Feliciano onde vem sendo implantado o Programa de Diversificação de forma a promover o matriciamento de políticas públicas para o desenvolvimento como saúde.

2.4. O que será analisado e deliberado sobre os artigos 17 e 18 na COP5

A COP5 analisará um relatório de progresso elaborado pelo Grupo de Trabalho dos artigos 17 e 18 da Convenção Quadro⁹ que tem como anexo uma “Minuta de Opções de Políticas e Recomendações sobre Alternativas Economicamente Sustentáveis para a Produção de Fumo em Relação aos Artigos 17 e 18 da Convenção Quadro para Controle do Tabaco” (Draft Policy Options and Recommendations on Economically Sustainable Alternatives to Tobacco Growing - in Relation to Articles 17 and 18 of the WHO Framework Convention on Tobacco Control). Além das opções de políticas e recomendações, o documento traz uma abordagem introdutória sobre a cadeia produtiva de fumo em nível global, os padrões globais de produção de consumo, demandas de mão de obra para a cadeia produtiva, riscos ocupacionais para os produtores de tabaco, impactos da produção sobre o desenvolvimento, e sobre o ambiente e práticas corporativas para minar os esforços de implementação dos artigos 17 e 18. O documento na íntegra (FCTC/COP/5/10) pode ser acessado pelo link http://apps.who.int/gb/fctc/PDF/cop5/FCTC_COP5_10-en.pdf. No anexo 1 do presente documento encontra-se uma tradução para o português dos tópicos principais do documento FCTC/COP/5/10.

A COP5 deverá deliberar sobre a aprovação da Minuta de “Opções de Políticas e Recomendações sobre Alternativas Economicamente Sustentáveis para a Produção de Fumo em Relação aos Artigos 17 e 18 da Convenção Quadro para Controle do Tabaco” e sobre a continuidade dos trabalhos do GT que trata desse tema.

⁹ Working group on economically sustainable alternatives to tobacco growing (in relation to Articles 17 & 18 of the WHO FCTC



2.5 A evolução da CQCT e seus efeitos já visíveis sobre a demanda de tabaco .

A Convenção está em vigor há quase 7 anos e até julho de 2012 175 países haviam ratificado a adesão à mesma e estavam implementando suas medidas e diretrizes.¹⁰ A velocidade de adesão à Convenção é considerada ímpar na história dos tratados da ONU. E mesmo países que não a ratificaram, estão adotando medidas desse tratado a exemplo dos EUA e da Argentina.^{i ii iii iv v vi vii viii ix} Segundo recente monitoramento sobre a implementação da CQCT no mundo feito pela Organização Mundial da Saúde:

“O progresso continua– cerca de 3,8 bilhões de pessoas estão agora cobertas por pelo menos uma medida efetiva de controle do tabaco... O número de pessoas protegidas por medidas de controle do tabaco está crescendo em uma velocidade extraordinária.”^x

Nesse contexto, é importante considerar que a implementação global das medidas da CQCT ganhou mais impulso e urgência depois da reunião de Chefes de Estado na ONU no ano passado quando foi pactuado um plano global de cooperação para o enfrentamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT). Essa reunião foi motivada pelo entendimento de que o alarmante crescimento das DCNT representa uma das principais barreira para o desenvolvimento sustentável. Assim os Chefes de Estado assumiram como meta reduzir em 25% as mortes por essas doenças até 2025. E na Declaração Política emanada dessa reunião não só se comprometeram a acelerar a implementação da CQCT como reconheceram expressamente o fundamental conflito de interesse entre a indústria do tabaco e a saúde pública.¹¹

Estamos, portanto, diante de uma histórica mudança de paradigma quanto as normas sociais relativas ao consumo de produtos de tabaco que já se traduzem em indicadores de mudanças no padrão de consumo global desses produtos.

Em setembro de 2012, um renomado periódico médico internacional publicou uma análise chamando atenção para a queda abrupta e inédita na prevalência de tabagismo no Uruguai.

¹⁰ WHO Frame Work Convention on Tobacco control. Data available in the web - in September 15th
<http://www.who.int/fctc/en/>

¹¹United Nations General Assembly - Political Declaration of the High-level Meeting of the General Assembly on the Prevention and Control of Non-communicable Diseases paragraphs 38 & 43
http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A%2F66%2FL.1&Lang=E



Entre 2006 e 2008 a prevalência do tabagismo entre adultos caiu de 32% para 24% e entre jovens caiu de 32% para 18%. E essa queda rápida e acentuada foi atribuída à adoção de medidas da Convenção Quadro para Controle do Tabaco a partir de 2004 naquele país.^{xi}

A Austrália registrou em julho desse ano um recorde na redução do tabagismo na província de Vitoria onde atingiu níveis abaixo de 15% pela primeira vez.^{xii}

Em agosto de 2012 a Inglaterra divulgou que a prevalência de tabagismo caiu para menos de 20% pela primeira vez desde a Segunda Guerra mundial.^{xiii xiv}

A proporção de fumantes no Canadá vem caindo de forma contínua desde que os esforços de redução do tabagismo se iniciaram no início dos anos 70. Em 1965 49% dos canadenses acima de 15 anos eram fumantes e em 2010, eram apenas 20%.^{xv}

O Brasil tem conseguido reduzir de forma significativa o seu consumo interno. A prevalência de fumantes caiu de 34% em 1989 para 15% em 2010, o que já se traduz em redução da carga de doenças e mortes tabaco relacionadas como as cardiovasculares, as respiratórias crônicas e o câncer de pulmão entre homens no País. O Plano de Ações Estratégicas para Enfrentamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis no Brasil 2011-2022, levado pela Presidente Dilma para a reunião da ONU sobre DCNT acima referida, tem como uma de suas estratégias centrais “Avançar nas ações de implementação da CQCT” – Decreto no. 5658/2006” e como metas a redução do tabagismo para menos de 12% em 2015 e menos de 11% e em 2022.^{xvi}

Outros países também já apresentam resultados semelhantes. E nesse contexto vale a pena ressaltar que mesmo países onde se concentram as maiores prevalências de fumantes do mundo já iniciaram a adoção de medidas de âmbito nacional para reduzir o tabagismo. É o caso da Rússia, onde o presidente Vladimir Putin vem dando um grande apoio a um plano nacional e leis para reduzir o tabagismo, apesar da pressão de grandes companhias de fumo.^{xvii xviii} É o caso da China que embora concentre o maior número de fumantes do mundo, vem investindo na implementação de medidas e leis nacionais anti-tabaco.^{xix}

Soma-se a isso a forte reação global e o posicionamento da Organização Mundial do Comércio (OMC) favorável à saúde pública frente a uma onda de litígios de grandes companhias transnacionais de tabaco que passaram a usar acordos internacionais de comércio e de investimento estrangeiro como trincheira para desafiar governos que



mantiveram-se firmes na adoção de medidas regulatórias restritivas aos produtos de tabaco.^{xx 12}

Esses são apenas alguns exemplos desse cenário cambiante. O que de fato está acontecendo é que a maior parte dos países estão adotando as medidas da Convenção à passos largos. Uma mudança também captada por monitores do mercado internacional de tabaco que já registram tendências de desaceleração do crescimento global do consumo de produtos de tabaco “devido ao crescimento de regulações governamentais sobre o mercado de fumo e preocupações sanitárias”, como expressou recentemente o Global Industry Analysts, Inc. (GIA).^{xxi} Sinais de apreensão sobre as tendências negativas do mercado de fumo podem ser identificadas em várias outras publicações do setor fumo.^{13 14 15 16 17 18 19}

¹² 23 November 2011 - **WTO rules and the implementation of the WHO FCTC are not incompatible.** Pascal Lamy, Director-General of the World Trade Organization (WTO), has publicly explained that WTO rules and the implementation of the WHO FCTC are not incompatible http://www.who.int/fctc/wto_fctc/en/index.html

¹³ - **Tobacco Facts August 13th, 2009** <http://www.tobacco-facts.net/2009/08/tobacco-sales-fall-by-193>
Tobacco sales fall by -19.3% : In the first quarter of 2009, global duty free and travel retail tobacco sales slumped by -19.3% compared with the same quarter in 2008 – according to the TREND Tobacco Index which is based on actual audits of retail sales among a panel of locations worldwide. “This is probably the worst quarter ever recorded for the tobacco business which has been battered in travel retail and elsewhere”, says Yngve Bia, President Generation Research. “Sales were especially poor onboard airlines with a sales decline of -26.5%. Also airport sales were down steeply by -24.0%”.. Amidst concerns of dramatically falling sales numbers, the tobacco industry is also faced with the challenging fact that many governments around the world – and particularly some in Asia – are considering supporting a ban on duty free cigarettes as part of the Framework Convention on Tobacco Control (FCTC).

- ¹⁴ **Tobacco International April 2010.** <http://www.tobaccointernational.com/0410/feature.htm>
Changing Times for Brazilian Tobacco Growers... A constant torment to the tobacco growers are the ever more compelling antismoking campaigns, which really picked up steam after the Framework Convention on Tobacco Control. Mr. Werner points out that, according to the latest survey, smoking in Brazil is down 7.6% from last year. “So far, exports have been absorbing our production. How long will that go on?” he wonders. The fact is exports are no longer running as smoothly as they used to. According to Iro Schünke, president of SindiTabaco, the competitiveness of the Brazilian tobacco abroad has been affected by such factors as the devaluation of the dollar, tobacco imports - now going on for three years, recent climate-induced losses, along with the expansion of the tobacco business in some countries in Africa, China and India....

¹⁵ **Tobacco International October, 2009** [http://www.tobaccointernational.com/1009/Recession Resistant?](http://www.tobaccointernational.com/1009/Recession%20Resistant%20?)

It has often been said that the tobacco industry is, if not immune, than at least resistant to economic woe. ... But can the same be said for today’s industry? Unfortunately, “no” seems to be the answer... Today’s global market place is a far more menacing and alien landscape from even that of five years ago, let alone from that of decades past. In the early aughts, a person smoking a cigarette in public (gasp!) was still not a rare and cherished sight in the cafes of Europe, the bars of the United States, or even in the public buildings of the Middle and Far East. A pack of cigarettes used to be an economically accessible diversion for any average person - this was, of course, before the allure of cigarettes filling public coffers captivated the imaginations of local authorities around the globe..

¹⁶ **Tobacco International March 2010** , <http://www.tobaccointernational.com/0310/feature.htm>
European Union Cigarette Trade Changing John Parker picks apart the facts and figures to see what is going on in the large, robust, and rapidly changing European Union. Total cigarette exports from the combined 27 countries of the European Union decreased 6% in calendar 2009 after reaching a peak in 2008. Higher retail prices and anti-tobacco measures tended to cause a slowdown for sales in some countries.



2.6 A urgência da implementação dos artigos 17 e 18 para salvaguardar os pequenos agricultores que plantam fumo

Embora o mundo caminhe para uma redução significativa do tabagismo, empresas de tabaco procuram tranquilizar e até estimular que países em desenvolvimento dediquem suas terras e mão de obra à produção de fumo. É o caso do Brasil onde a mão de obra barata dos agricultores familiares, a disciplina da cultura germânica do Sul do Brasil, o clima, a estabilidade política e até acesso à crédito subsidiado têm sido essenciais para que grandes empresas transnacionais invistam na articulação dessa cadeia produtiva considerada internacionalmente como um modelo a ser seguido. ^{xxii xxiii xxiv}

2.6.a Brasil produção de fumo

Atualmente países em desenvolvimento respondem por cerca de 85% da produção mundial de fumo.^{xxv} Juntos China, Brasil e Índia produziram em 2009 63% de todo o fumo

These restrictions and the economic slowdown left a different setting from that found several years ago. Total EU 27 cigarette exports reached a peak of 552 bn pieces in 2008 and declined in 2009....

¹⁷ **Tobacco Reporter Feb 2009 – http://www.tobaccoreporter.com/home.php?id=119&cid=208&article_id=11059**
Inconvenience to convenience - - Reluctant to carry ID cards for vending machines.

Decline There are not only fewer smokers using vending machines in Japan—there are also fewer smokers in general. The rate of decline in smoking here is steady; it has been continuously dropping for more than a decade. In recent years, the rate

of decline has increased from around 3 percent to 4.5 percent annually...

http://www.tobaccoreporter.com/home.php?id=119&cid=208&article_id=11059

¹⁸ **EuroweeklyNews April 5 2011 . <http://www.euroweeklynews.com/news/spain/item/86536-cigarette-sales-in-spain-drop-by-30>**

SALES of cigarettes fell by 30 per cent in the first three months of 2011 after Spain's amended anti-smoking laws came into force on January . This figure was quoted during the Tobacco Industry Fair, held last weekend in Cornellà de Llobregat (Barcelona) where those attending were looking for innovations and strategies to buy up the sector

¹⁹**The Guardian 22 June 2010.** <http://www.guardian.co.uk/world/2010/jun/22/cigar-cuba-sales-decline>

Cuban cigar sales dragged down by smoke bans and recession. Smoking bans and recession are stubbing out Cuba's cigar industry, signalling a hostile era for a product whose mystique once captivated the likes of Winston Churchill, John F Kennedy and Fidel Castro.



mundial.^{xxvi} Nesse contexto, o Brasil é o segundo maior produtor e o maior exportador de tabaco em folhas.

Nacionalmente a produção de fumo cresceu de 670 mil toneladas na safra 2001/02 para 932 mil toneladas na safra de 2010/2011. Nesse mesmo período a área plantada de fumo cresceu de 345 mil para 447 mil hectares. ^{xxvii} Cerca de 85% da produção nacional de fumo é exportada para mais de 100 países. Essa exportação é destinada principalmente para a União Europeia (45%) Extremo Oriente (20%); África (13%) América do Norte(10%); Leste Europeu (8%) e América Latina (4%).^{xxviii xxix}

Em 2009 a exportação de tabaco representou 2% da balança de comércio exterior brasileiro. Já em 2010 representou 1,4% sendo observada uma variação negativa de 9% em relação ao valor exportado em 2009. ^{xxx} E em 2011 representou 1,15% na balança comercial deixando de estar elencado dentre os 15 maiores produtos exportados pelo Brasil.^{xxxi}

Mais de 96% da produção nacional de fumo concentra-se nos três estados da região Sul: Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. A região Nordeste é responsável por apenas 4% da produção nacional. Segundo dados do IBGE nos três estados do Sul há um total de 733 municípios produtores que seguem a seguinte distribuição por estado: 42% estão no Paraná, 81% em Santa Catarina e 66% no Rio Grande do Sul.^{xxxii}

O estado do Rio Grande do Sul é o que mais produz fumo, respondendo por cerca de 51,12% da produção nacional. Em 2010 essa commodity ocupou o segundo lugar na pauta de exportações desse estado, respondendo por quase 10% das suas exportações.^{xxxiii}

A produção de fumo no Brasil movimenta uma cadeia produtiva que envolve diferentes atores e organizações, desde agricultores que produzem fumo em suas terras, usinas de processamento, fábricas de derivados de tabaco, até distribuidores, exportadores e varejistas. O componente agrícola dessa cadeia abrange de 186 mil famílias de pequenos agricultores familiares^{xxxiv} que trabalham em regime de integração com grandes companhias transnacionais de fumo. Dentre as maiores integradoras encontram-se a British American Tobacco (BAT), representada pela companhia Souza Cruz, e a Philip Morris.



Ambas empresas são as duas maiores articuladoras do consumo de produtos de tabaco no mundo. Junto com empresas processadoras e exportadoras de fumo tais como a Alliance One, a Universal Leaf Tobacco, a Japan Tobacco International (JTI), Marasca, Premium Tabacos do Brasil essas companhias formam o elo mais forte da cadeia produtiva de fumo que também é articulada globalmente. ^{xxxv xxxvi xxxvii}

Segundo a Souza Cruz, a sua inserção na cadeia produtiva do fumo tem o objetivo de “ser o principal supridor do grupo British American Tobacco, produzindo fumos com a mais alta qualidade, a custo competitivo ...” ^{xxxviii}

É importante ressaltar que o entendimento sobre a importância estratégica do controle de todo o processo produtivo do fumo fizeram com que companhias como a Philip Morris e a JTI passassem também a assumir, mais recentemente, a articulação dessa cadeia produtiva desde seu componente agrícola. ^{xxxix xl}

E apesar da atual mudança histórica de paradigma frente ao consumo mundial de produtos de tabaco trazidos pela Convenção Quadro para Controle do Tabaco, a ampliação dessa produção vem sendo estimulada nacionalmente por essas empresas transnacionais de tabaco. Vale salientar que essa ampliação está sendo levada até para áreas que não eram tradicionalmente produtoras de fumo e fomentada com crédito subsidiado do BNDES. ^{20 21}

²⁰ **CODEVASF – Informativo mensal – setembro 2009** : O diretor da Área de Desenvolvimento e Infraestrutura da Codevasf, Clementino Coelho, e assessores conheceram a Indústria Universal Leaf Tabaco, em Santa Cruz do Sul (RS), atendendo convite da empresa. ... A indústria já está realizando experimentos com pequenos agricultores no polo Petrolina (PE)/ Juazeiro(BA) nos perímetros de irrigação Mandacaru, Nilo Coelho e Maria Teresa, desde abril deste ano ... www.codevasf.gov.br/CodevasfHoje/2009/jornal_setembro.pdf

²¹ Diário Popular, 08 de fevereiro de 2004 **Produção de fumo cresce 66% na região de Pelotas. A expansão do fumo, no entanto, tem acarretado a diminuição das áreas ocupadas por produtos como milho, feijão, hortaliças e leite. ...**

Mas nem tudo é verde nas plantações de fumo. Quando o assunto é o preço pago ao produtor, a coisa fica preta.

http://srv-net.diariopopular.com.br/08_02_04/ag060202.html



Desde 2003, análises do mercado internacional de fumo já apontavam para uma tendência de redução. Projeções feitas pela Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO) em 2003, destacou que o crescimento global do consumo de tabaco atingiria um pico máximo em 2010, e a partir de então tenderia a cair em torno de 10%. A projeção apontou que o consumo anual por adulto cairia de 1,6 kg por ano em 2000 para cerca de 1,4 kg a partir de 2010.^{xli} O estudo também estimou que essa redução poderia ser ainda maior atingindo 20%, em um cenário com políticas de controle do tabagismo mais restritivas. É importante destacar que essa projeção foi realizada em 2002 quando a Convenção ainda não havia entrado em vigor, o que veio a acontecer em 2005. E certamente esse cenário não foi considerado no estudo da FAO.

Análises mais atuais já confirmam essa situação. Por exemplo, em análise de conjuntura um dos monitores do mercado mundial de fumo, a *Star Tobacco International*, dá orientações mais direta quanto a necessidade de desacelerar a produção de fumo:

“O mundo está inundado por tabaco. Os inventários do excedente na Argentina Brasil, Zimbábue, Malawi, Índia, Bangladesh e outros países é da ordem de 200 milhões de quilos... Uma mensagem é clara para 2011: a indústria precisa menos tabaco, não mais”.^{xlii}

Outra análise mostra, por exemplo, que o comércio de cigarro da União Europeia está em baixa:

“Os países fabricantes de cigarros da União Europeia não se recuperaram da crise econômica de alguns anos atrás... Agora parece que o comércio de cigarros dos 27 países da UE em 2012 não vai se recuperar e permanecerá em um patamar cerca de 25% abaixo ... do ano de 2008”.^{xliii}



Como estas, várias outras análises do mercado global de fumo dão sinais de alerta. ^{2223 24 25 26 27 28 29 30}

²² **US Government Info. 27 September 2012.** <http://usgovinfo.about.com/b/2012/09/27/tobacco-advertising-and-sales-falling-ftc-reports.htm>. **Tobacco Advertising and Sales Falling, FTC Reports** : The major U.S. tobacco companies have cut their spending for cigarette advertising and promotion by nearly \$1.9 billion since 2008, according to a report released last week by the Federal Trade Commission (FTC). Sales Down, Too: The number of cigarettes reported sold or given away by the major manufacturers has also dropped significantly, from 322.6 billion cigarettes in 2008 to 290.3 billion in 2009 - a 10% decrease -- and to 282.0 billion in 2010

²³ - **Tobacco Facts August 13th, 2009** <http://www.tobacco-facts.net/2009/08/tobacco-sales-fall-by-193>
Tobacco sales fall by -19.3% : In the first quarter of 2009, global duty free and travel retail tobacco sales slumped by -19.3% compared with the same quarter in 2008 – according to the TREND Tobacco Index which is based on actual audits of retail sales among a panel of locations worldwide. “This is probably the worst quarter ever recorded for the tobacco business which has been battered in travel retail and elsewhere”, says Yngve Bia, President Generation Research. “Sales were especially poor onboard airlines with a sales decline of -26.5%. Also airport sales were down steeply by -24.0%”.. Amidst concerns of dramatically falling sales numbers, the tobacco industry is also faced with the challenging fact that many governments around the world – and particularly some in Asia – are considering supporting a ban on duty free cigarettes as part of the Framework Convention on Tobacco Control (FCTC).

²⁴ **Tobacco International April 2010.** <http://www.tobaccointernational.com/0410/feature.htm>
Changing Times for Brazilian Tobacco Growers... A constant torment to the tobacco growers are the ever more compelling antismoking campaigns, which really picked up steam after the Framework Convention on Tobacco Control. Mr. Werner points out that, according to the latest survey, smoking in Brazil is down 7.6% from last year. “So far, exports have been absorbing our production. How long will that go on?” he wonders. The fact is exports are no longer running as smoothly as they used to. **According to Iro Schünke, president of SindiTabaco, the competitiveness of the Brazilian tobacco abroad has been affected by such factors as the devaluation of the dollar, tobacco imports - now going on for three years, recent climate-induced losses, along with the expansion of the tobacco business in some countries in Africa, China and India....**

²⁵ **Tobacco International October, 2009** [http://www.tobaccointernational.com/1009/Recession Resistant?](http://www.tobaccointernational.com/1009/Recession%20Resistant%20?)

It has often been said that the tobacco industry is, if not immune, than at least resistant to economic woe. ... But can the same be said for today’s industry? Unfortunately, “no” seems to be the answer... Today’s global market place is a far more menacing and alien landscape from even that of five years ago, let alone from that of decades past. In the early aughts, a person smoking a cigarette in public (gasp!) was still not a rare and cherished sight in the cafes of Europe, the bars of the United States, or even in the public buildings of the Middle and Far East. A pack of cigarettes used to be an economically accessible diversion for any average person - this was, of course, before the allure of cigarettes filling public coffers captivated the imaginations of local authorities around the globe..

²⁶ **Tobacco International March 2010** , <http://www.tobaccointernational.com/0310/feature.htm>
European Union Cigarette Trade Changing John Parker picks apart the facts and figures to see what is going on in the large, robust, and rapidly changing European Union. Total cigarette exports from the combined 27 countries of the European Union decreased 6% in calendar 2009 after reaching a peak in 2008. Higher retail prices and anti-tobacco measures tended to cause a slowdown for sales in some countries. These restrictions and the economic slowdown left a different setting from that found several years ago. Total EU 27 cigarette exports reached a peak of 552 bn pieces in 2008 and declined in 2009....

²⁷ **Tobacco Reporter Feb 2009 –** http://www.tobaccoreporter.com/home.php?id=119&cid=208&article_id=11059
Inconvenience to convenience - - Reluctant to carry ID cards for vending machines.
Decline There are not only fewer smokers using vending machines in Japan—there are also fewer smokers in general. The rate of decline in smoking here is steady; it has been continuously dropping for more than a decade. In recent years, the rate of decline has increased from around 3 percent to 4.5 percent annually...
http://www.tobaccoreporter.com/home.php?id=119&cid=208&article_id=11059

²⁸ **EuroweeklyNews April 5 2011** . <http://www.euroweeklynews.com/news/spain/item/86536-cigarette-sales-in-spain-drop-by-30> SALES of cigarettes fell by 30 per cent in the first three months of 2011 after Spain’s amended anti-smoking



Segundo o Anuário Brasileiro do Tabaco 2011 publicado por empresas transnacionais de fumo que operam a cadeia produtiva no Brasil:

“O produtor de tabaco tem uma série de obstáculos a driblar para garantir uma boa safra. Justamente no período em que registrou o melhor rendimento por hectare nas lavouras, o câmbio não ajudou nem a conjuntura internacional. O excesso de oferta e a demanda menor, que marcaram o período, vão seguir influenciando a próxima temporada, que se iniciou com a perspectiva de redução em torno de 10% na área semeada. Um recuo estratégico para manter a força do setor e a presença como o maior exportador mundial”^{xliv}

E ao mesmo tempo em que enaltecem a produção do fumo, essas grandes empresas transnacionais procuram desqualificar todo e qualquer esforço do governo para implementar medidas de diversificação de produção como forma de salvaguardar pequenos agricultores do impacto econômico advindo da esperada redução global da demanda de fumo. Conforme defendem grandes empresas transnacionais de fumo no Anuário do Tabaco 2011 (p.6) :

“No meio rural, a tentativa de contornar a dependência dos agricultores a essa lavoura, com os riscos inerentes a um cenário econômico apoiado em uma única base, leva a sociedade a pensar alternativas de diversificação. Agentes públicos e privados têm se ocupado em estudar culturas que poderiam complementar, nas pequenas propriedades, a renda proporcionada por essas folhas, criando válvulas de escape e prevenindo inclusive eventuais oscilações no mercado global.

Mas substituir a matriz produtiva, cultural e social de toda essa imensa região é propósito quase quixotesco, a ser encampado por lunáticos. *Ao longo dos anos, o tabaco reina soberano como o produto agrícola, em nível de pequena propriedade, com a maior e a melhor relação custo-benefício”*

laws came into force on January . This figure was quoted during the Tobacco Industry Fair, held last weekend in Cornella de Llobegrat (Barcelona) where those attending were looking for innovations and strategies to buy up the sector

²⁹The Guardian 22 June 2010. <http://www.guardian.co.uk/world/2010/jun/22/cigar-cuba-sales-decline>

Cuban cigar sales dragged down by smoke bans and recession. Smoking bans and recession are stubbing out Cuba's cigar industry, signalling a hostile era for a product whose mystique once captivated the likes of Winston Churchill, John F Kennedy and Fidel Castro.

³⁰ **Management Today. 20 September 2012 . Imperial Tobacco's sales are going up in smoke ,**

<http://www.managementtoday.co.uk/features/1151046/imperial-tobaccos-sales-going-smoke/> The British tobacco group, the fourth largest in the world, sells 340 billion cigarettes a year but is struggling to increase sales volumes.... growth was strong across the rest of Eastern Europe, in Africa and the Middle East and also in its Asia Pacific region. Imperial now hopes to fight Europe's economic downturn (responsible for sliding sales in Spain) by offering cheaper, economy-brand cigarettes across the region. **But the long-term downward trend of cigarette smoking will be a difficult problem to stub out.**



“Enfrentando, ao longo de décadas, opositores que não hesitam em lançar mão de argumentos errôneos, distorcidos e equivocados, que fazem vista grossa à necessidade de analisar seriamente o papel histórico e social dessa atividade secular; constituindo a base da economia ao passo em que é simultaneamente criticada (eventualmente sustentando, como geradora de tributos, inclusive os que a criticam), a cadeia do tabaco bem pode servir como exemplo de eficiência, comprometimento, superação, qualidade de produto e de serviço. O tabaco permanece como um gigante do agronegócio justamente porque é gigante e porque suas bases são muito mais sólidas do que a vã filosofia e os interesses de alguns possam imaginar. Por isso, persiste. Por isso, só cresce.”

Mas para os produtores a realidade é outra. Na safra 2003/2004 por exemplo, considerada uma das mais rentáveis no período entre 1998 e 2004, a renda média mensal líquida per capita dos fumicultores foi de 268 reais.^{xlvi} Além disso, análises apontam que a cultura do fumo não tem sido um fator de desenvolvimento para a maioria dos municípios fumicultores que foram classificados em situação inferior quanto ao índice de desenvolvimento humano (IDH) dentro do próprio estado, nos três estados produtores de fumo.^{xlvi xlvii}

Enquanto isso, a ampliação da produção de fumo nacional tem garantido uma maior oferta de fumo em folha para as empresas transnacionais e com isso maior poder na negociação do preço da produção com os fumicultores. E os resultados são excedentes de fumo, baixos preços pagos ao agricultor pela sua produção, exclusão de algumas famílias da cadeia produtiva, incertezas e insatisfação entre os fumicultores e organizações ligadas à agricultura familiar.^{xlvi xlix 1}

“Futuro do tabaco no Brasil preocupa cadeia produtiva Tendências de queda na produção de fumo leva produtores a buscar novas alternativas de renda em suas propriedades”³¹

“Os problemas com a cadeia produtiva do Fumo são inúmeros: valorização do dólar, redução da exportação e aumento na produção na safra 2010/2011. Sobra fumo no mercado e muitos produtores estão com os galpões cheios e as fumageiras afirmam que não vão adquirir mais”³²

³¹ Jornal do Comércio – 18/07/2011 **Futuro do tabaco no Brasil preocupa cadeia produtiva**
Tendências de queda na produção de fumo leva produtores a buscar novas alternativas de renda em suas propriedades
<http://jcrs.uol.com.br/site/noticia.php?codn=67861>

³² FetraF-Sul –CUT . 04 de março de 2011 .Integração: A fumicultura está por um fio.
http://www.fetrafsul.org.br/2011/index.php?option=com_content&view=article&id=529:integracao-a-fumicultura-esta-por-um-fio&catid=3:destaques



“As negociações entre produtores de tabaco e a indústria do fumo estão, este ano, atrasadas e tensas... indústria fumageira alega escassez de crédito para financiar a aquisição da safra. Enquanto estes foram, ontem, a Brasília para buscar, junto ao governo federal, uma linha de crédito de R\$ 2 bilhões, os produtores pedem mais diálogo, através da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Tabaco.”³³

No Brasil é grande o número de municípios cujo principal fonte do PIB é a produção de fumo. E entre muitos gestores desses municípios paira um clima de incertezas e desinformação. Por exemplo, na região do Vale do Rio Pardo onde encontra-se cerca de 20% da produção nacional de fumo segundo dados do IBGE (2007) e envolve uma extensa rede que conecta pequenos agricultores a empresas fumageiras transnacionais e aos mercados globais, sendo a maioria dos seus 25 municípios substancialmente dependentes das atividades associadas à produção de fumo.^{li} Segundo Boletim da Associação de Municípios do Vale do Rio Pardo:

“O Vale do Rio Pardo e muitos municípios de outras regiões vivem uma preocupação constante. A principal fonte de renda dos nossos trabalhadores - sejam eles rurais ou urbanos - está ameaçada...”

“A economia da região do Vale do Rio Pardo depende da cadeia produtiva do tabaco. E o comércio é diretamente atingido quando a produção de fumo não vai bem.”^{lii}

Soma-se a isso o fato de que muitos produtores e gestores municipais têm uma visão equivocada sobre os determinantes desse clima de incerteza. A declaração da Associação de Municípios do Vale do Rio Pardo em seu Boletim deixa claro essa falta de informação:

“A produção de tabaco vive na berlinda, fruto de um preconceito sem precedentes de setores que querem simplesmente aniquilar a vida socioeconômica das nossas cidades.”

E por outro lado demandam um maior apoio dos governos estadual e federal no enfrentamento desses problemas:

“Com todo esse clima de incertezas que tomou conta do setor econômico, fica difícil para os integrantes da Associação dos Municípios do Vale do Rio Pardo (AMVARP) vislumbrar um cenário de futuro para a nossa região. Precisamos encontrar alternativas? Sim, mas também queremos que todos os setores dos governos estadual e federal entendam o tamanho do nosso problema.”

³³ Realiza News 05/03/2009 Preço do fumo gera discórdia entre produtores e indústria
<http://www.realizanews.com.br/noticias/Preco-do-fumo-gera-discordia-entre-produtores-e-industria>



Um aspecto peculiar dessa situação é que representações do setor fumageiro associam de forma falaciosa as dificuldades com o preço do fumo no mercado nacional às medidas para redução do tabagismo adotadas nacionalmente, a exemplo da pressão que fizeram recentemente contra a consulta pública da ANVISA relativa a uma medida para proibir os aditivos que dão sabores aos cigarros.^{liii} Com isso têm conseguido gerar um clima de revolta entre os produtores de fumo contra iniciativas do governo para reduzir o tabagismo conforme pode ser visto nas matérias de mídia sobre esse assunto.^{liv}

“A segunda-feira foi um dia de protesto em várias regiões do Rio Grande do Sul. Produtores de fumo reclamam do preço pago pelas indústrias e pedem o fim das propostas da Anvisa, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, que limitam o plantio da lavoura”.^{lv}

Essa distorção da realidade é fomentada por grandes empresas transnacionais de fumo que operam no mercado nacional de fumo conforme pode ser identificado no Anuário do Tabaco 2011 no qual as análises por um lado reconhecem que 85% da produção nacional de fumo é exportada, mas atribuem as dificuldades enfrentadas pelos produtores de fumo à medidas nacionais adotadas para regulamentar os produtos de tabaco :

“ 85% do tabaco produzido no País é exportado. A aplicação de medidas que venham a impor restrições ao setor, como as consultas públicas 112 e 117 da Anvisa, trarão enormes dificuldades aos municípios cuja base da arrecadação é oriunda dessa produção, além de criar um problema muito sério do ponto de vista social para milhares de famílias de produtores de tabaco.”^{lvi}

2.6.b O fator China no mercado internacional de fumo precisa ser considerado pelo Brasil

Em janeiro de 2012 foi anunciado uma *joint venture* da China National Tobacco Corporation (CNTC) com a *Alliance One* no Brasil envolvendo cerca de 6 mil contratos com fumicultores brasileiros. Segundo o presidente dessa companhia “um dos principais objetivos dessa joint venture é promover uma produção de tabaco de qualidade para suprir o mercado chinês. O mercado da China é o maior mercado e o que mais cresce no mundo e esse acordo reforça o Brasil como um dos principais fornecedores desse mercado”. Trata-se de uma parceria que foi recebida no Brasil com grande entusiasmo na região^{lvii}
^{lviii} Mas será essa parceria sólida para os produtores de fumo no Brasil ?



A China é o maior produtor e responde por 38% do total da produção mundial. Mas ainda não compete com países produtores como o Brasil no mercado internacional de fumo pois a maior parte de sua produção é consumida internamente. Atualmente esse país tem cerca de 301.000.000 de fumantes^{lx} mais do que toda a população do Brasil.

Na China, a companhia de tabaco estatal China National Tobacco Corporation (CNTC)³⁴ abastece o seu mercado interno, considerado maior mercado doméstico de tabaco do mundo. Em 2010 essa companhia produziu 40% dos cigarros consumidos no mundo.^{lxi}

Cerca de 4 milhões de domicílios chineses dependem do tabaco para seu sustento seja como fumicultores, empregados da indústria do tabaco ou como vendedores de cigarros. A contribuição da produção de fumo para a agricultura chinesa é de 1 a 2%, exceto nas províncias de Yunnan, Guizhou, e Sichuan. Em 2003 em Yunnan 62% da arrecadação local foi proveniente da produção de fumo.^{lxii}

Grandes empresas transnacionais de fumo incluindo a Philip Morris International (PMI), British American Tobacco (BAT), Japan Tobacco International (JTI), e a Imperial Tobacco, vêm procurando aumentar seu crescimento no mercado chinês de forma agressiva. Contudo, o governo chinês mantém seu mercado interno sob rédeas curtas não apenas controlando a produção como também a exportação de marcas locais, e limitando as importações.^{lxiii lxiv}

Segundo analistas do setor fumo, a CNTC espera aumentar sua fatia no mercado global em parte através de parcerias estratégicas com companhias internacionais como forma de obter mais canais para vender seus produtos no exterior em mercados emergentes como o Leste Europeu e a América Latina.

E a State Tobacco Monopoly Administration da China (STMA), organização responsável por fortalecer o monopólio de tabaco na China, tem procurado fortalecer uma vantagem competitiva para os pequenos fabricantes de cigarros locais de tal forma que planeja uma reestruturação e integração para o futuro.^{lxv}

Da mesma forma que foi feito com a Alliance One do Brasil em 2012, a CNTC e a Philip Morris International (PMI) já haviam feito um acordo semelhante em 2005 para fabricação e venda da marca Marlboro na China e estabelecimento de uma companhia *joint venture* internacional.^{lxvi} A BAT havia tentado o mesmo mas não teve sucesso.

Uma outra importante peça do grande quebra cabeça China pode ser identificado em análises da International Tobacco Grower Association, sobre produção de fumo na China. Estas apontam que em março de 2004 a STMA designou 3.330 hectares de terra para o

³⁴ Sob supervisão direta da State Tobacco Monopoly Administration (STMA) a China National Tobacco Co é responsável pelo marketing, produção, distribuição e venda de todos os produtos de tabaco na China Também contrata pequenas fábricas locais para a produção de cigarros.



cultivo de 1.500 toneladas de fumo de alta qualidade tendo como padrão a folha importada do Zimbabwe. E chamam a atenção para o potencial que a China oferece nessa produção de fumo de qualidade:

“Quando o governo chinês estabelece alguma meta eles geralmente sabem o que estão fazendo... se eles dizem que podem você pode ter certeza que eles farão algum dia. Mas apesar de 33.000 hectare de fumo de boa qualidade ser significativa, para os chineses é ainda uma pequena parte da sua produção”.

“ Os chineses têm condições de se tornarem autossuficientes na produção de fumo pois eles têm solo, clima... e o fumo é todo produzido sob a coordenação da STMA ”^{lxvii}

Por outro lado, a China além de ter ratificado a CQCT vem sendo pressionada a adotar medidas para reduzir o consumo frente ao gritante número de mortes tabaco relacionadas na sua população que já atingiu a cifra de 1 milhão ao ano e que poderá dobrar nos próximos 10 anos:

A diretora geral da OMS Margaret Chan disse que a China deveria aumentar os impostos sobre tabaco porque impostos representam uma ferramenta ponderosa para reduzir o consumo. Além disso, dados mostram que as tendências de crescimento do consumo de cigarros na China significa tendência negativa na economia.^{lxviii}

“Entre os oficiais e expert da área de saúde existe um consenso de que o governo deveria desempenhar um papel central nas campanhas para controle do tabaco e de que falhar no controle do tabaco mina não apenas o bem estar das famílias chinesas mas também a prosperidade de toda a sociedade”.^{lxix}

“As primeiras restrições nacionais no combate ao tabagismo na China foram aprovadas em 2011: o governo baniu as máquinas de venda cigarro e proibiu fumar em locais públicos fechados. As rádios e televisões também estão proibidas de anunciar marcas do produto, realizar merchandising e veicular filmes em que adolescentes fumem.”^{lxx}



Assim ao mesmo tempo em que o governo chinês é mandatado a cuidar do crescimento da CNTC, tem também obrigações a cumprir com a CQCT que ratificou, para proteger a saúde de sua população através de medidas para reduzir o consumo de produtos de tabaco e a exposição à fumaça de tabaco.

Enfim, quando a prevalência de tabagismo começar a decrescer entre os chineses, o que não deve estar longe de acontecer, o Brasil enquanto grande exportador de fumo precisa estar preparado para o fator China que se tornará um grande competidor no mercado internacional de fumo em folhas.

2.6.c Brasil – danos sanitários e ambientais inerentes a produção de fumo

Além das incertezas para a produção de fumo no cenário econômico, graves aspectos sociais envolvidos na produção de fumo vêm sendo denunciados nacional e internacionalmente .

Estudos mostram que no Brasil para cada mil estufas são queimados por safra cerca de 50 mil metros cúbicos de madeira de árvores nativas ou de reflorestamento . E que só entre 1990 e 1998, cerca de 300 milhões de árvores foram consumidas na produção de fumo na região sul.lxxi Em 2001 haviam 118 mil estufas para secagem de fumo nessa região o que dá uma ideia da dimensão desse impacto ambiental.lxxii É importante assinalar que a produção de tabaco está em franca expansão e sob articulação das mesmas companhias transnacionais que produzem cigarros.

O fato dessa produção ser reconhecida como responsável pela devastação de boa parte da Mata Atlântica da região sul,lxxiii levou a Advocacia-Geral da União (AGU) do Rio Grande do Sul a promover em 2011 a assinatura de termos de compromissos entre o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama), e o Sindicato Interestadual da Indústria do Tabaco (Sinditabaco) tendo como objetivo criar um sistema de monitoramento de grandes áreas utilizadas para plantação e produção de fumo e recuperar e conservar terras devastadas por essa atividade. lxxivlxxv lxxvi lxxvii

Outros estudos e análises denunciam violação dos direitos humanos, riscos sanitários e ambientais a que são submetidos os fumicultores e suas famílias. lxxviii lxxix lxxx lxxxi lxxxii lxxxiii

Mostram que os agricultores e suas famílias são submetidos a graves riscos decorrentes da intoxicação aguda pela nicotina das folhas absorvida pela pele durante a colheita. Soma-se a isso a intoxicação aguda e crônica por agrotóxicos, usados em todo o ciclo da fumicultura, muitos deles com efeitos neurotóxicos, com consequências graves tais como neurites crônicas incapacitantes, depressão e até suicídios. lxxxiv lxxxv lxxxvi lxxxvii



Algumas companhias vêm até sendo alvo de ações judiciais por danos a saúde dos fumicultores e por situação análoga ao de escravo.^{lxxxviii}

Um dos grandes avanços nacionais para mitigar esses danos, foi dado pelo Ministério da Saúde ao incluir a vigilância de agravos à saúde do trabalhador na fumicultura na sua agenda de vigilância epidemiológica. A Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) e o INCA têm investido em pesquisas sobre saúde dos trabalhadores na fumicultura. Entre 2008 e 2010, a SVS realizou dois estudos epidemiológicos que diagnosticaram pela primeira vez no Brasil a doença da folha de tabaco, decorrente da intoxicação aguda por nicotina absorvida pela pele durante a fase de colheita do fumo. O primeiro foi no município alagoano de Arapiraca e o segundo no município gaúcho de Candelária.^{lxxxix35} E atualmente o INCA está realizando em conjunto com a Secretaria de Saúde do RS, do município de Dom Feliciano, a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) um estudo sobre saúde e qualidade de vida da população rural do município de Dom Feliciano que situa-se como um dos 10 maiores produtores de fumo do Brasil e está implementando o Programa de Diversificação sob a coordenação do MDA.

Além disso, o Programa Nacional de Saúde do Trabalhador do Ministério da Saúde incluiu na sua agenda, ações para prevenção, diagnóstico precoce e manejo de agravos à saúde do trabalhador na lavoura do fumo. E os Centros Regionais de Referência em Saúde do Trabalhador do Sul de Santa Maria, Santa Cruz do Sul, Pelotas e Candelária do RS, e Criciúma em SC, vem realizando oficinas nas quais reúnem profissionais de secretarias municipais de saúde da área de saúde do trabalhador (CERESTS) e saúde ambiental, e profissionais de ATER/MDA e organizações não governamentais.

Em outubro de 2010, esses agravos foram reconhecidos pelo Conselho Nacional de Saúde do SUS que recomendou (recomendação de nº 013) ao Ministério da Saúde, à FUNDACENTRO - Seção Regional Sul e às Universidades Locais a realização de pesquisas sobre os agravos à saúde do trabalhador e da trabalhadora no setor agricultura - cadeia produtiva do fumo, incluindo o estudo sobre as condições de saúde de seus filhos e outros familiares.

E mais recentemente, o Plano de Ações Estratégicas para Enfrentamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis no Brasil 2011-2022, levado pela Presidente Dilma para a reunião da ONU sobre DCNT acima referida incluiu como uma de suas ações: “Fortalecer a integração do setor saúde e demais setores governamentais com o Programa Nacional de Diversificação em áreas Cultivadas com o Tabaco (MDA) visando a ampliação da

³⁵ Intoxicação atinge trabalhadores rurais. Doença do Tabaco Verde é tema de seminário em Brasília. (Jornal do Comércio, Porto Alegre, 2010)



cobertura desse programa” as quais integram a Estratégia 09 desse plano “Avançar nas ações de implementação da CQCT” – Decreto no. 5658/2006”.

Outro aspecto social grave relacionado à produção de fumo é o trabalho Infantil nas lavouras de fumo. No Brasil, foi aprovado, em 2008, o decreto 6.481 que regulamenta a Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), e trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e de ação imediata para sua eliminação. Esse decreto inclui o trabalho infantil no processo produtivo de fumo e no seu beneficiamento na Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil (Lista TIP).^{xc}

No entanto, o Ministério Público continua a denunciar que no Brasil o trabalho infantil impulsiona a produção de tabaco com 80 mil crianças empregadas na lavoura.^{xcii}

É importante salientar que todo esse cenário assim descrito não é exclusivo do Brasil. Acontece na maioria dos países em desenvolvimento que produzem fumo e por isso vem sendo alvo de discussões e estudos no âmbito do Grupo de Trabalho para os artigos 17 e 18 da CQCT.^{36 37}

2.7 O Programa de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco – Avanços , Desafios e Oportunidades

O Programa de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco foi lançado em 2005 juntamente com a ratificação da CQCT pelo Brasil. Elaborado por seis ministérios³⁸ está hoje sob coordenação do MDA. Tem como objetivo "apoiar a implementação de projetos de extensão rural, formação e pesquisa para desenvolver estratégias de diversificação produtiva em propriedades de agricultores familiares que produzem fumo e criar novas oportunidades de geração de renda e qualidade de vida às famílias".

Seus princípios estão associados a uma visão sistêmica das propriedades, com ações que fortaleçam o desenvolvimento sustentável, ampliem a segurança alimentar das famílias, adote sistemas diversificados de produção, que mobilizem para a participação efetiva das famílias, jovens e mulheres nos processos de planejamento, produção, agregação de valor e

³⁶ O Grupo de Trabalho sobre os artigos 17 e 18 da CQCT já produziu vários documentos sobre esse tema. Alguns documentos podem ser acessados nos links abaixo:

http://apps.who.int/gb/fctc/PDF/cop3/FCTC_COP3_11-en.pdf

http://apps.who.int/gb/fctc/PDF/cop3/FCTC_COP3_11-en.pdf

http://apps.who.int/gb/fctc/PDF/cop4/FCTC_COP4_9-en.pdf

³⁷ Para informações sobre o programa brasileiro para promover alternativas a produção de fumo sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento Agrário acessar

<http://www.mda.gov.br/portal/saf/programas/projetosespeciais/2308129>

³⁸ MAPA, MRE, Casa Civil, Ministério da Saúde, Relações Institucionais e MDA.



comercialização de seus produtos, construindo parcerias institucionais e comunitárias para ampliar a qualidade de vida nas propriedades, comunidades e regiões.

2.7.a Avanços

Foram investidos até 2012 mais de 25 milhões em ações de Ater, capacitação e pesquisa para a geração de referências em prol da diversificação da produção e renda em áreas de tabaco. São 75 projetos em execução nos estados produtores de tabaco (RS, SC, PR, BA, AL e SE), parcerias com 50 organizações governamentais e da sociedade civil, universidades, centros de pesquisa, associações de produtores, que somam mais de 45 mil famílias beneficiadas. Está em execução ação específica de Ater para a diversificação, através de Chamada Pública³⁹ abrangendo 95 dos principais municípios fumicultores, beneficiando 10 mil famílias produtoras de tabaco, com investimentos de mais de 11 milhões de reais.

Foram realizados estudos sobre a situação dos fumicultores na cadeia produtiva do tabaco, assim como sobre as alternativas economicamente viáveis ao fumo⁴⁰, que nos subsidia tecnicamente na implementação do Programa. Em 2012 foi realizado painel de especialistas que debateram estratégias para diversificação do meios de vida, com a participação de 70 pesquisadores, professores universitários, gestores dos poderes federais, estaduais e municipais⁴¹.

A gestão do Programa se dá através de uma rede⁴² de organizações representativas da Ater, pesquisa, academia e dos produtores, que planejam, avaliam e propõem ações para a implementação do Programa.

³⁹ Chamada Pública nº 4/2011, conforme instituiu a Lei 12.188/2010, para a execução dos serviços de assistência técnica e extensão rural no país.

⁴⁰ Tabaco- da produção ao consumo uma cadeia da dependência. In <http://www.deser.org.br/publicacoes/revistaTabaco-Elabora%C3%A7%C3%A3oDeser-ACT.pdf>
A Fumicultura e a Convenção-Quadro - desafios para a diversificação. DESER, 2009

Projetos de pesquisa realizados em parceria com as seguintes instituições: Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária - FEPAGRO/RS, 2009; Instituto Agrônomo do Paraná - IAPAR; Universidade Federal de Santa Catarina -UFSC; Universidade Tecnológica Federal do Paraná -UTFPR; Universidade de Sta Cruz do Sul -Unisc; Universidade Federal do Rio Grande do Sul -UFRGS; Universidade Estadual do Centro-Oeste - Unicentro/PR; Embrapa Clima Temperado e Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra).

⁴¹ *Workshop sobre Pesquisa e Estratégias para Diversificação dos Meios de Vida*, High Impact Advocacy Project on Tobacco and Poverty in Brazil, realizado em Porto Alegre/RS, nos dias 04 e 05 de julho, 2012

⁴² Rede Temática de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco, criada em 2008, sob coordenação do MDA/Secretaria de Agricultura Familiar/Dater.



2.7.b Desafios:

Um dos grandes desafios desse programa é ampliar o número de agricultores acessando ações e políticas para a diversificação; ampliar parcerias municipais e estaduais para a diversificação nos temas de Ater, capacitação e pesquisa; continuidade no acompanhamento das famílias em processo de diversificação; convergência de políticas públicas em prol da diversificação; realizar o acompanhamento, monitoramento e avaliação qualificada dos projetos de Ater da Chamada Pública da Diversificação 2011 e demais projetos em execução; acompanhar o cenário e projeções para a cadeia produtiva do tabaco; consolidar grupo de pesquisa que subsidie o Governo na implementação dos artigos 17 e 18 da CQCT.

Ainda no contexto dos desafios merece destaque o desequilíbrio entre o investimento no Programa de Diversificação frente ao acesso à crédito subsidiado por parte de grandes empresas de fumo.

Durante muito tempo grandes empresas de fumo foram as grandes beneficiárias de crédito do Pronaf conforme análise do Deser sobre as motivações que levaram a publicação da Resolução do Banco Central do Brasil n.º 2.833 de 25 de abril de 2001 proibindo a concessão de crédito público no âmbito do PRONAF para a produção de fumo em regime de parceria ou integração com a indústria do tabaco:

“fazem 10 anos (desde 2002) que o PRONAF não financia as lavouras de fumo e vários foram os motivos que levaram a essa definição. Um deles foi, na época, a forte concentração dos recursos do PRONAF no custeio do fumo, na região Sul. Outro fator foi a necessidade de definir regras de restrição ao financiamento público com condições especiais, como era o PRONAF, à atividade do fumo. Um outro motivo importante foi a constatação de que quem mais se beneficiava com os subsídios do PRONAF não eram os agricultores e sim as empresa fumageiras”.^{xcii}

Essa resolução foi revista 2005 quando passou a liberar o acesso ao Pronaf Investimento para agricultores produtores de fumo desde que “no cálculo da capacidade de pagamento especificado em projeto técnico fique comprovado que, no mínimo 20% da receita gerada pela unidade de produção tenha origem em outras atividades que não o fumo (Resolução 3.283 do Bacen de 02 de maio de 2005 e Resolução 3299 de 15 de junho de 2005).

Em junho de 2012, uma nova Resolução 4107 do Bacen buscou elevar a comprovação da receita gerada por outras atividades que não o fumo de 20 para 25% mantendo a proibição do uso dos recursos para produção de fumo. No entanto, essa medida foi



revogada frente ao entendimento por parte do MDA de que esse novo patamar de renda a ser comprovado poderia restringir o acesso a recursos do Pronaf para iniciar o processo de diversificação por parte dos muitos fumicultores que ainda não iniciaram o processo de diversificação ou que ainda não atingiram esse patamar de diversificação.^{xciii xciv xcv}

No entanto, frente a restrição ao crédito subsidiado via Pronaf, empresas de fumo buscaram outros caminhos. Entre 2002 e 2010 acessaram cerca de R\$ 729 milhões do Banco Nacional de Desenvolvimento conforme matéria veiculada recentemente na mídia.^{xcvi}

Os dados do BNDES agroindústria mostram que só em 2010 empresas de fumo acessaram 116 milhões de reais para a produção de fumo, o que representou um aumento de 24,6% em relação ao ano anterior.^{xcvii} É que após o ano de 2002 quando foi implementada a primeira resolução do Bacen restringindo o acesso ao Pronaf para produção de fumo houve um crescimento substantivo do acesso de recursos do BNDES para a produção de fumo. Entre 2002 e 2010 o acesso cresceu em 1450% passando de 8 milhões para 116 milhões.

BNDES Agroindústria - desembolso para produção de fumo 2000 – 2010

Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Milhões de reais	1	8	53	214	175	53	15	20	53	93	116

Fonte: BNDES – Informe Setorial . BNDES e a Agroindústria

E considerando que a missão do BNDES é o “*desenvolvimento sustentável e competitivo da economia brasileira*” torna-se fundamental um alinhamento de sua política de empréstimo ao paradigma global de reconhecimento da incompatibilidade do consumo e produção de tabaco com desenvolvimento sustentável.

Outro grande desafio refere-se ao alinhamento de um posicionamento único do governo frente a CQCT especialmente em relação aos artigos 17 e 18.



Embora a CQCT seja uma obrigação assumida pelo Estado Brasileiro e a implementação do Programa de Diversificação um compromisso assumido pelo Poder Executivo junto ao Legislativo a Câmara Setorial do Fumo, articulada no âmbito das Câmaras Setoriais do Ministério da Agricultura, tem sido usada com frequência para atacar a Convenção criando uma imagem contraditória dentro do próprio governo frente a esse compromisso e perante a sociedade brasileira:

“ Comissão do governo aprova plano de incentivo à produção de fumo no País Formulado pela Câmara Setorial do Tabaco, ligada ao Ministério da Agricultura, documento sugere a adoção de ações que contrariam o esforço para colocar em prática a Convenção-Quadro do Tabaco - acordo global para reduzir o tabagismo”^{xcviii}

“O desserviço prestado pela Câmara Setorial do Tabaco, enquanto porta-voz de uma oposição rasa às políticas públicas de saúde e controle do tabagismo, ultrapassaram os limites do razoável em 2010.

A aprovação de uma chamada Agenda Estratégica do Tabaco, que parece sistematizar as ações do setor fumageiro contrárias à implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, evidencia que o MAPA está fora de sintonia com o compromisso jurídico-político assumido pelo país perante o conjunto de nações signatárias do tratado internacional.”^{xcix}

2.8 Convergir os esforços das agendas de desenvolvimento de todos os setores do governo na implementação da CQCT em especial dos artigos 17 e 18 é um dos grandes desafios para o qual existem muitas oportunidades:

Atualmente existe um consenso global entre agências e organizações desenvolvimentistas de que consumo e produção de tabaco são incompatíveis com desenvolvimento sustentável.

Já em 1991, o reconhecimento do impacto negativo do tabagismo sobre o desenvolvimento dos países levou o Banco Mundial a proibir a utilização de seus recursos para financiamento da produção de tabaco e a estimular os governos a investirem esforços para o controle do seu consumo como parte de estratégias para o combate à pobreza e para o desenvolvimento sustentável. Até então o Banco Mundial tinha como política o incentivo a produção de fumo nos países em desenvolvimento como forma de gerar renda.^{ci}

Alinhados com esse entendimento, no preâmbulo da CQCT, seus Países Partes manifestam a grande preocupação com:

“ as devastadoras consequências sanitárias, sociais, econômicas e ambientais geradas pelo consumo e pela exposição à fumaça do tabaco, em todo o mundo”

“.. com o aumento do consumo e da produção mundial de cigarros e outros produtos de tabaco, particularmente nos países em desenvolvimento, assim como o ônus que se impõe às famílias, aos pobres e aos sistemas nacionais de saúde”



E em 2006 o relatório da Reunião do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC) declarou que :

“O tabaco contribui para o empobrecimento dos indivíduos e de suas famílias porque os seus consumidores têm maior chance de adoecerem, perderem produtividade e renda... Além disso, a produção agrícola de tabaco e a manufatura dos seus derivados podem contribuir em alguns casos para o adoecimento e o empobrecimento das famílias envolvidas nessas atividades. Tabaco e pobreza formam um ciclo vicioso do qual é difícil escapar ...”^{cii}

São muitos os dados e estudos de viés econômico que dão sustentação a políticas de restrição ao consumo de produtos de tabaco e ao fomento de alternativas à produção de fumo.

Segundos dados do CDC americano (2002), o tratamento de doenças tabaco relacionadas consome cerca de 14% de todos os gastos com seguro saúde nos EUA. Só em 2002, custos médicos e perda de produtividade atribuídos ao tabagismo nos EUA foram respectivamente cerca de \$75 bilhões e mais de \$92 bilhões de dólares. Em 2002, foram vendidos cerca de 22 bilhões de maços de cigarros nos EUA, e estimado que cada maço de cigarro custou a nação cerca de \$8,61 dólares com gastos médicos e perda de produtividade.^{ciii}

Em 2002, o Ministério da Saúde do Canadá estimou que os custos atribuídos ao tabagismo foram de 15,8 bilhões de dólares e incluem, dentre outros, custos com cuidados médicos e perda de produtividade. Nesse mesmo ano, o governo do Canadá arrecadou apenas 7,4 bilhões de dólares em tributos do setor fumo.^{civ}

No Brasil um estudo realizado pela Aliança de Controle do Tabagismo (ACTBr) e pela Fiocruz demonstrou que em 2011 o país gastou cerca de 21 bilhões de reais com o tratamento de 15 tipos de doenças tabaco relacionadas. Um montante equivalente à 0,5% do PIB desse mesmo ano. Vale salientar que esse estudo não incluiu os gastos com aposentadorias, nem com doenças causadas pelo tabagismo passivo, nem por doenças materno infantis tabaco relacionadas, dentre outros o que aponta para uma dimensão ainda maior desse prejuízo. Em 2011 o setor fumo recolheu pouco mais de 6 bilhões de reais de impostos para os cofres públicos.^{cv}

O reconhecimento desses prejuízos tabaco relacionados levou alguns países a buscarem mecanismos para ressarcir os cofres públicos. Em 1998, 46 estados americanos processaram as companhias de tabaco devido aos custos com doenças tabaco relacionadas que tiveram que arcar. O acordo final foi de que as empresas ressarciriam os estados num total de 206 bilhões de dólares a serem pagos em 25 anos, via uma arrecadação de cerca de 50 centavos de dólar por maço.^{cvi} No Canadá atualmente 6 províncias estão processando judicialmente as principais companhias de tabaco que operam no mercado daquele país para recuperar os gastos dos serviços de saúde com o tratamento de doenças tabaco relacionadas.^{cvii}



2.7.c Oportunidades:

Nessa perspectiva convergir esforços das agendas de desenvolvimento de todos os setores do governo na implementação da CQCT, em especial dos artigos 17 e 18, é um dos grandes desafios nacionais para o qual existem muitas oportunidades a exemplo das recentes políticas rumo ao fortalecimento do desenvolvimento sustentável.

Além da inserção do Programa de Diversificação em áreas Cultivadas com Tabaco na própria Política de Agricultura Familiar do governo, a recente Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PNAPO abre uma grande oportunidade para seu fortalecimento. Lançada durante a Rio+20 tem como objetivo “*integrar, articular e adequar políticas, programas e ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica e de base agroecológica, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da população, por meio do uso sustentável dos recursos naturais e da oferta e consumo de alimentos saudáveis*”.⁴³

No art. 3º as diretrizes da PNAPO incluem a “*promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada e saudável, por meio da oferta de produtos orgânicos e de base agroecológica isentos de contaminantes que ponham em risco a saúde*”. E no seu art. 4º vislumbra-se uma série de instrumentos que podem beneficiar os optantes por esta agricultura orgânica:

I - Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PLANAPO;

II - crédito rural e demais mecanismos de financiamento;

III - seguro agrícola e de renda;

IV - preços agrícolas e extrativistas, incluídos mecanismos de regulação e compensação de preços nas aquisições ou subvenções;

V - compras governamentais;

VI - medidas fiscais e tributárias;

VII - pesquisa e inovação científica e tecnológica;

VIII - assistência técnica e extensão rural;

IX - formação profissional e educação;

X - mecanismos de controle da transição agroecológica, da produção orgânica e de base agroecológica;

XI - sistemas de monitoramento e avaliação da produção orgânica e de base agroecológica.

⁴³ A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica pode ser acessada na íntegra em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7794.htm



Já no seu art. 6º. a gestão da PNAPO é definida em duas instâncias:

- I - a Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – CNAPO, que terá representação, entre outros ministérios, de dois integrantes do Ministério da Saúde, e um da Vigilância Sanitária, o que supõe integração interministerial de políticas públicas, e
- II - a Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica – CIAPO, que será coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Esta Política tem entre seus fatos motivadores, o extenso volume turístico que ocorrerá no país por conta de dois eventos globais: a Copa do Mundo em 2014 e a Olimpíada, em 2016.

Assim, a decisão do governo federal de tornar a Copa do Mundo de 2014 sustentável, aliando sua imagem à questão ambiental, traz para os produtores orgânicos brasileiros oportunidades de ampliação dos mercados consumidores e de expansão da produção e assim poderá ser mais um impulsionador do desenvolvimento de alternativas à produção de fumo..

Alinhada ao desenvolvimento rural sustentável, o Ministério da Saúde lançou recentemente em 2011 a Política Nacional de Saúde Integral do Povos do Campo e da Floresta, através da Portaria nº 2.866, de 2 de dezembro de 2011⁴⁴, onde destacam-se ações de promoção da saúde voltadas para *“os camponeses, os agricultores familiares, trabalhadores rurais assentados, acampados, assalariados e temporários, que residam ou não no campo; comunidades remanescentes de quilombos; populações que habitam ou usam reservas extrativistas; populações ribeirinhas; populações atingidas por barragens; e outras comunidades tradicionais”*.

Entre os objetivos específicos dessa política está *“reduzir os acidentes e agravos relacionados aos processos de trabalho no campo e na floresta, particularmente o adoecimento decorrente do uso de agrotóxicos e mercúrio, o advindo do risco ergonômico do trabalho no campo e na floresta e da exposição contínua aos raios ultravioleta”* e o de *“Contribuir para a melhoria da qualidade de vida dessas populações, incluindo articulações intersetoriais para promover a saúde, envolvendo ações de saneamento e meio ambiente, especialmente para a redução de riscos sobre a saúde humana.”*

Outro ponto de confluência que se estabeleceu é a articulação entre esta Política e o Programa Territórios da Cidadania, fruto de um processo de mobilização em torno dos territórios rurais, promovido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, desde 2003.

⁴⁴ http://bvsmis.saude.gov.br/bvsmis/saudelegis/gm/2011/prt2866_02_12_2011.html,



Essas políticas oferecem uma grande oportunidade para o fortalecimento da implementação do artigo 17 e 18 da CQCT no Brasil pois trazem um viés intersetorial e já contam com a participação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Ministério do Meio Ambiente (MMA), Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM/PR).

Nessa linha de articulação de políticas para promoção da saúde e desenvolvimento sustentável no fortalecimento do Programa de Diversificação torna-se fundamental que outros setores do governo possam colaborar com suas políticas que possam salvaguardar regiões produtoras de fumo do esperado impacto da redução da demanda global e ao mesmo tempo fortalecer o desenvolvimento nas regiões cujas econômicas atualmente dependem dessa commodity.

2. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A Convenção Quadro para Controle do Tabaco vem andando a passos largos e já dá mostras de retração da demanda.

A COP5 terá uma pauta ampla de decisões que certamente fortalecerão mais ainda a evolução da sua implementação global. Um dos temas a ser tratado refere-se aos artigos 17 e 18. E embora seja quase certo que a COP5 não aprovará nenhuma recomendação de reduzir as áreas plantadas com fumo já poderá apontar para melhores práticas para a implementação dos artigos 17 e 18 da CQCT.

Para os países produtores especialmente os que dependem de uma conjuntura internacional de mercado de fumo como o Brasil é essencial acelerar o passo na implementação de mecanismos para salvaguardar os pequenos agricultores de impactos resultantes da esperada redução da demanda global. E isso implica em fortalecer mecanismos de coordenação de políticas, medidas e programas para diversificação econômica de municípios e famílias que hoje têm no fumo sua principal fonte de renda. E principalmente proteger esses mecanismos de interferências indevidas da indústria do tabaco que não tem nenhum interesse que famílias, municípios e regiões libertem-se da dependência econômica que hoje têm da produção de fumo.

Coerência nas políticas nacionais de desenvolvimento frente ao consumo e produção de fumo é ainda grande desafio nacional. Embora o Brasil seja Estado Parte da Convenção Quadro para Controle do Tabaco dentro de alguns setores do governo frente as obrigações assumidas para com esse tratado ainda existem divergências movidas pelo interesse em manter o país como um grande exportador de fumo.



Portanto, considerando as dificuldades que os pequenos produtores de fumo brasileiros já enfrentam em decorrência da atual conjuntura internacional de fumo torna-se necessário e urgente que seja adotada o Estado Brasileiro adote uma política firme, única e coerente na implementação da CQCT especialmente dos seus artigos 17 e 18.. sob a perspectiva do desenvolvimento sustentável.

E, sobretudo, que essa política seja protegida de interferências indevidas em cumprimento ao artigo 5.3 da CQCT cujas diretrizes reconhecem que

“Existe um conflito fundamental e irreconciliável entre a indústria do tabaco e os interesses de saúde pública”.

Reconhecimento esse formalmente expresso na Declaração Política de Chefes de Estado reunidos na ONU em setembro de 2011 para pactuar um Plano Global para deter o crescimento alarmante de doenças não transmissíveis consideradas uma ameaça para o desenvolvimento sustentável em todo o planeta.



ANEXO

Minuta de Opções de Políticas e Recomendações sobre Alternativas Economicamente Sustentáveis para a Produção de Fumo em Relação aos Artigos 17 e 18 da Convenção Quadro para Controle do Tabaco” (Draft Poliy Options and Recommendations on Economically Sustainable Alternatives to Tobacco Growing - in Relation to Articles 17 and 18 of the WHO Framework Convention on Tobacco Control). – documento FCTC/COP/5/10

A Minuta contém a seguinte estrutura:

1. Introdução

1.1 Revisão da cadeia produtiva do fumo em nível global

1.2 Cultivos e meios de vida alternativos

1.3 Riscos ocupacionais para trabalhadores e agricultores

1.4 Impacto social e sobre os empregos

1.5 Impacto ambiental

1.6 Práticas corporativas que minam a implementação de alternativas sustentáveis a produção de fumo

2. Objetivo , escopo e aplicabilidade

3. Princípios gerais

4. Identificação e desenvolvimento de estratégias efetivas para produções agrícolas e meios de vida alternativo

4.1 Promoção de Pesquisas

4.2 Desenvolvimento de programas educativos e de treinamento para trabalhadores e agricultores

4.3 Remoção de obstáculos para diversificação ou para mudanças para alternativas à produção de fumo

4.4 Restringir políticas que promovem ou apoiam a produção de fumo

4.5 Identificar e regular as estratégias de indústria do tabaco que promovem a produção de fumo e a fabricação de produtos de tabaco



4.6 Integrar opções de cultivos e meios de vida alternativos ao fumo nas estruturas governamentais

4.7 Estabelecer mecanismos dentre do sistema já existente para promover meios de vida alternativos

4.8 Implantar centros de informação e de apoio para meios de vida alternativos

4.9 Garantir a participação da sociedade civil organizada

5 Monitoramento e Avaliação

5.1 Modelo de meios de vida alternativos

5.2 Informação sobre mercado

5.3 Condições regiões - específicas

5.4 Auditoria ambiental

5.5 Impacto sobre a saúde

5.6 Indicadores chave

6 Cooperação Internacional

6.1 Promoção de Oportunidades para meios de vida economicamente sustentáveis e desenvolvimento de mercados

6.2 Desenvolvimento de oportunidades para enfrentar mercados sazonais relacionados às produções agrícolas alternativas .

6.3 Redução da produção e /ou da promoção de tabaco

6.4 Assistência e cooperação para capacitação

6.5 Troca de informações em nível internacional

6.6 Cooperação internacional e o papel do Secretariado da Convenção

Anexo1 da Minuta - Lista de indicadores chaves

Anexo 2 da Minuta – Lista de termos padronizados em relação às alternativas economicamente sustentável a produção de fumo



REFERÊNCIAS

- i FCTC Secretariat. 2010 global progress report on the implementation of the WHO Framework Convention on Tobacco Control
http://www.who.int/fctc/reporting/progress_report_final.pdf
- ii
- ⌈ Eurobusiness, 27 May 2010 The fight against tobacco in the EU – Ahead of the 2010 No Tobacco Day (31 May). <http://www.eubusiness.com/topics/health/tobacco.03/>
- iii Voice of America June 22, 2009 Obama to Sign Landmark Tobacco Bill Acessível em :
<http://www.voanews.com/english/news/a-13-2009-06-22-voa33-68826282.html>
- iv Uruguay smoking prevalence 1998 <http://www.globalink.org/tccp/Uruguay.pdf>
- v Uruguay Global Adult Tobacco Survey (GATS) 2009
http://www.who.int/tobacco/surveillance/fact_sheet_of_gats_uruguay_2010.pdf
- vi Euromonitor International - <http://www.euromonitor.com/countryfolders.aspx>
- vii Tobacco Farm Quarterly Magazine - Economic outlook - First Quarter 2010 Industry experts weigh in on last season and look ahead to 2010 . The 2009 growing season presented yet more challenges for tobacco farmers, with news about SCHIP and tax increases on cigarettes, FDA oversight, falling consumption, stagnant high input costs and a wet season that was particularly difficult on burley growers ...
http://www.tobaccofarmquarterly.com/home.php?id=119&cid=645&article_id=10294
- viii
- ⌈ NCD alliance 16 de novembro de 2010. Argentina anti – tobacco program receives global Heart Hero Award. . <http://www.ncdalliance.org/node/3210>
- ix CBC News:. Jul 29, 2011 A legal history of smoking in Canada. Acessível em
<http://www.cbc.ca/news/health/story/2011/07/29/f-smoking-laws-timeline.html>
- x WHO report on the global tobacco epidemic, 2011: warning about the dangers of tobacco.
http://www.who.int/tobacco/global_report/2011/en/
- xi Winston Abascal, Elba Esteves, Beatriz Goja, Franco González Mora, Ana Lorenzo, Amanda Sica, Patricia Triunfo, Jeffrey E Harris Tobacco control campaign in Uruguay: a population-based trend analysis. The Lancet, Early Online Publication, 14 September 2012.
[http://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(12\)60826-5/abstract](http://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(12)60826-5/abstract)
- xii Cancer Council Victoria . Victorian smoking rates hit record low, new figures reveal. July, 2012
<http://www.cancervic.org.au/media/media-releases/2012-media-releases/july-2012-media/smoking-record-low.html>
- xiii Robert West 2012 . **Smoking Prevalence Drops in England.**
<http://www.globalbridges.org/News/Blog/Smoking-Prevalence-Drops-in-England>
- xiv UK. The NHS Information Centre, Lifestyles Statistics. August 2011
http://www.ic.nhs.uk/webfiles/publications/003_Health_Lifestyles/Statistics%20on%20Smoking%202011/Statistics_on_Smoking_2011.pdf



-
- ^{xv} CBN News Jul 29, 2011. The decline of smoking in Canada .
<http://www.cbc.ca/news/canada/story/2011/07/29/f-smoking-statistics.html>
- ^{xvi} Reunião da ONU com Chefes de Estado sobre Doenças Crônicas Não Transmissíveis - 19 e 20 de setembro de 2011 – Discurso da Presidente Dilma <http://www.youtube.com/watch?v=b1om1-oNUE0>
- ^{xvii} My Cigarette shop. July 30th, 2012 Three Largest Cigarette Manufacturers Fight Putin's Anti-Smoking Law <http://www.mycigaretteshop.net/info/three-largest-cigarette-manufacturers-fight-putins-anti-smoking-law>
- ^{xviii} Russia Briefing – 04 september 2012 Russia to Introduce Western-Style Smoking Ban in Public Places.
<http://russia-briefing.com/news/russia-to-introduce-western-style-smoking-ban-in-public-places.html/>
- ^{xix} Xinhuanet News. Jul 13, 2012 China: Tobacco-control legislation under preparation: report
http://news.xinhuanet.com/english/china/2012-07/13/c_131713765.htm
- ^{xx} WHO 2012. Confronting the tobacco epidemic in a new era of trade and investment liberalization.
http://www.who.int/tobacco/publications/industry/trade/confronting_tob_epidemic/en/index.html
- ^{xxi} Global Industry Analysts, Inc . (GIA) . Global Demand for Tobacco to Post Sluggish Growth, Owing to Rising Government Regulations and Health Concerns, According to a New Report by Global Industry Analysts, Inc.
http://www.prweb.com/releases/tobacco_cigarette_cigar/smokeless_tobacco/prweb9164863.htm
- ^{xxii} ALMEIDA, Guilherme Eidt Gonçalves de, 2005 Fumo servidão moderna e violação dos direitos humanos. Terra de Direitos – Organização Civil pelos Direitos Humanos (org). Curitiba/Paraná [www.terraedireitos.org.br/ arquivos/modulo_4/conteudo3522.pdf](http://www.terraedireitos.org.br/arquivos/modulo_4/conteudo3522.pdf)
- ^{xxiii} Tobacco Reporter 2008. Brazil's famed integrated tobacco production system is under pressure.
http://tobaccoreporter.com/home.php?id=119&cid=4&article_id=10877 June 2008
- ^{xxiv} DESER A Fumicultura e a Convenção-Quadro - Desafios para a Diversificação 2009 Disponível em http://www.deser.org.br/pub_read.asp?id=146
- ^{xxv} Food and Agriculture organization of the United Nations (FAO) . Higher world tobacco use expected by 2010 - growth rate slowing down FAO 2003
<http://www.fao.org/english/newsroom/news/2003/26919-en.html>
- ^{xxvi} Food and Agriculture Organization of The United Nations (FAO) FAOSTAT
<http://faostat.fao.org/site/567/DesktopDefault.aspx?PageID=567#ancor>
- ^{xxvii} Methodio Goxko. Análise da Conjuntura Agropecuária Safra 2011/12 - Fumicultura - Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Paraná/ Departamento de Economia Rural. Outubro de 2011. Acessível em http://www.agricultura.pr.gov.br/arquivos/File/deral/Prognosticos/fumicultura_2011_12.pdf
- ^{xxviii} Sindicato da Industria do Tabaco - Sinditabaco – Exportações - acessado em <http://sinditabaco.com.br/?link=setor.cidade>



- ^{xxxix} Methodio Goxko. Análise da Conjuntura Agropecuária Safra 2011/12 - Fumicultura - Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Paraná/ Departamento de Economia Rural. Outubro de 2011. Acessível em http://www.agricultura.pr.gov.br/arquivos/File/deral/Prognosticos/fumicultura_2011_12.pdf
- xxx Brasil Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Balança Comercial Brasileira 2010 <http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=571>
- ^{xxxi} Brasil Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Balança Comercial Brasileira 2011 http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl_1331125742.pdf
- xxxii Brasil Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE. Produção Agrícola Municipal 2009 Acessível em <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?c=1612&z=t&o=11>
- xxxiii Brasil Governo do Rio Grande do Sul. Atlas sócio econômico do Rio Grande do Sul. <http://www.scp.rs.gov.br/atlas/atlas.asp?menu=287>
- ^{xxxiv} Methodio Goxko. Análise da Conjuntura Agropecuária Safra 2011/12 - Fumicultura - Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Paraná/ Departamento de Economia Rural. Outubro de 2011. Acessível em http://www.agricultura.pr.gov.br/arquivos/File/deral/Prognosticos/fumicultura_2011_12.pdf
- ^{xxxv} Departamento de Estudos Sócio Rurais (DESER) Tabaco, da produção ao consumo. Uma cadeia da dependência. Curitiba , dezembro de 2010.
- ^{xxxvi} Otañez M G, Mamudu H and Glantz S A. Global leaf companies control the tobacco market in Malawi. *Tob Control*. 2007; 16(4): 261–269. <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC2598545/>
- ^{xxxvii} Otañez M G, Mamudu H and Glantz S A. Tobacco Companies' Use of Developing Countries' Economic Reliance on Tobacco to Lobby Against Global Tobacco Control: The Case of Malawi *Am J Public Health*. 2009 Oct;99(10):1759-71. <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/19696392>
- ^{xxxviii}
- ¹ Souza Cruz. Produção Agrícola. Acessado online 30 setembro 2011 http://www.souzacruz.com.br/group/sites/SOU_7UVF24.nsf/vwPagesWebLive/DO7ZHQMx?opendocument&SKN=1
- ^{xxxix} Departamento de Estudos Sócio Rurais (DESER) Tabaco, da produção ao consumo. Uma cadeia da dependência. Curitiba , dezembro de 2010.
- ^{xl} Japan International Tobacco Growing Sustainability. Environment, Health and Safety Report 2008/2009 http://www.jti.com/documents/ehs/EHS_report_20082009.pdf
- ^{xli} Food and Agriculture organization of the United Nations (FAO) . Higher world tobacco use expected by 2010 - growth rate slowing down FAO 2003 <http://www.fao.org/english/newsroom/news/2003/26919-en.html>
- ^{xlii}
- ¹ Tobacco Reporter Oct 7, 2011 Iqbal Lambat Riding the cycle - Jan 2011 Following a period of leaf shortages, the pendulum has swung the other way with a vengeance. Acessível em http://www.tobaccoreporter.com/home.php?id=119&cid=4&article_id=11176



^{xliii} Tobacco International, March 2012. <http://catalog.proemags.com/publication/f8ac9e2a#/f8ac9e2a/24>

^{xliv} Anuário Brasileiro do Tabaco 2011. p.8 http://www.gaz.com.br/editora/anuarios/lista_categoria/cat:25

^{xl} Departamento de Estudos Sócio Rurais (DESER) . A cadeia produtiva do fumo. Contexto Rural no. 5 – julho 2005 p7-67

^{xlvi}

⁷ Bonato, A. A fumicultura no Brasil e a Convenção Quadro para Controle do Tabaco, 2007. Departamento de Estudos Sócio Rurais DESER Curitiba 2007 Disponível em http://www.deser.org.br/search_results.asp?criterio=tabaco

^{xlvii} Marco Antonio Vargas; Bruno Ferreira de Oliveira. Estratégias de diversificação em áreas de cultivo de tabaco no Vale do Rio Pardo: uma análise comparativa. Rev. Econ. Sociol. Rural vol.50 no.1 Brasília Jan./Mar. 2012

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20032012000100010&script=sci_arttext

^{xlviii} Marcos Schwab reporter.. Comercialização da safra do tabaco 2010/2011 não agrada produtores 17 de fevereiro de 2011.. Disponível em <http://marcoschwabreporter.blogspot.com/2011/02/comercializacao-da-safra-do-tabaco.html>

^{xlix} Gazeta do Sul 03/08/2011 Fumicultores encerram safra no prejuízo Acessível em http://www.google.comwww.gaz.com.br/gazetadosul/noticia/292484-produtores_encerram_a_safra_com_prejuizo/edicao:2011-08-03.

¹ Globo.com 11/03/2011 Fumicultores realizam protesto e fecham sede da Souza Cruz em SC. Manifestantes impedem a entrada e saída de veículos da empresa. Eles reclamam do preço que a indústria de cigarro paga pelo fumo.

<http://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2011/03/fumicultores-realizam-protesto-e-fecham-sede-da-souza-cruz-em-sc.html>

^{li} Marco Antonio Vargas; Bruno Ferreira de Oliveira. Estratégias de diversificação em áreas de cultivo de tabaco no Vale do Rio Pardo: uma análise comparativa. Rev. Econ. Sociol. Rural vol.50 no.1 Brasília Jan./Mar. 2012

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20032012000100010&script=sci_arttext

^{lii} Boletim da Associação dos Municípios do Vale do Rio Pardo . 2011/2012 <http://www.amvarp.org.br/sites/8100/8162/AMVARP.pdf>

^{liiii} ANVISA Consulta Pública 112/2010 – artigo 5º p.3 Acessível em http://portal.anvisa.gov.br/wps/wcm/connect/5c95c700486d1e499941992bd5b3ccf0/CP+112_ADITIVOS_DOU+30-11-10.pdf?MOD=AJPERES

^{liv} Diário Regional - Santa Cruz do Sul /RS 06/10/2011 Preço do Fumo e medidas da ANVISA são o foco de assembleia em Santa Cruz do Sul.

http://www.diarioregionalrs.com.br/noticias/13586/Agricultura/Preco_do_fumo_e_medidas_da_Anvisa_sao_foco_de_assembleia_em_Santa_Cruz



- ^{lv} G1 Economia. 22/03/2011. Produtores de fumo reclamam do preço pago e fazem protesto no RS. <http://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2011/03/produtores-de-fumo-reclamam-do-preco-pago-e-fazem-protesto-no-rs.html>
- ^{lvi} Anuário Brasileiro do Tabaco 2011. p.88 http://www.gaz.com.br/editora/anuarios/lista_categoria/cat:25
- ^{lvii} PRNewswire Jan. 9, 2012 /Alliance One and China Tobacco Announce the Creation of a New Joint Venture in Brazil <http://www.prnewswire.com/news-releases/alliance-one-and-china-tobacco-announce-the-creation-of-a-new-joint-venture-in-brazil-136935108.html>
- ^{lviii} Blog do Planalto . 4 de abril de 2011 Brasil quer aumentar exportação de carne e tabaco para a China <http://blog.planalto.gov.br/brasil-quer-aumentar-exportacao-de-carne-e-tabaco-para-a-china/>
- ^{lix} Globo Rural 29 de agosto de 2012 . Bahia vai exportar charuto para a China <http://revistagloborural.globo.com/Revista/Common/0,,EMI317484-18078,00-BAHIA+VAI+EXPORTAR+CHARUTO+PARA+A+CHINA.html>
- ^{lx} Take Part. 17/08/2010. China's Staggering Cigarette Consumption Could Cause Massive Die-Off. <http://www.takepart.com/article/2010/08/17/chinas-staggering-cigarette-consumption-could-cause-massive-die>
- ^{lxi} Campaign for Tobacco Free Kids Jan 2011. The Chinese Tobacco Market and Industry Profile. http://global.tobaccofreekids.org/files/pdfs/en/TI_Profile_China_Dec%202011.pdf
- ^{lxii} T-W Hu, Z Mao, M Ong, E Tong, M Tao, H Jiang, K Hammond, K R Smith, J de Beyer, and A Yurekli. China at the crossroads: the economics of tobacco and health. *Tob Control*. 2006 June; 15(Suppl 1): i37-i41. <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC2563551/>
- ^{lxiii} Campaign for Tobacco Free Kids Jan 2011. The Chinese Tobacco Market and Industry Profile. http://global.tobaccofreekids.org/files/pdfs/en/TI_Profile_China_Dec%202011.pdf
- ^{lxiv} Joergens Instablog. Feb 26, 2012 Transnational Tobacco Companies (TTCs) In China <http://seekingalpha.com/instablog/831974-joergens/347521-transnational-tobacco-companies-ttcs-in-china>
- ^{lxv} Euromonitor. Jul 2011 Tobacco in China. <http://www.euromonitor.com/tobacco-in-china/report>
- ^{lxvi} Tobacco Free Kids . April 2010. China National Tobacco Corporation and Philip Morris International's Partnership http://global.tobaccofreekids.org/files/pdfs/en/IW_cntc_pmi_bg.pdf
- ^{lxvii} Antonio Abrunhosa chefe executivo da International Tobacco Grower's Association (ITGA) em entrevista na Tobacco Journal International online. Reprinted from China Connect Tobacco, Issue 2, Q3 2004 http://www.tobaccojournal.com/show_artikel.php?id=4348
- ^{lxviii} International Tobacco Online . 20 de julho de 2012. WHO urges China to raise tobacco tariffs to curb consumption <http://www.internationaltobaccoonline.com/who-urges-china-to-raise-tobacco-tariffs-to-curb-consumption-p-2396.html>
- ^{lxix} Global Times. 20/09/2012. China: Family can be core of tobacco control efforts. <http://www.globaltimes.cn/content/734408.shtml>



Ixx RD Notícias. Consumo de cigarro divide China

http://www.rdnoticias.com.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=18180:consumo-de-cigarro-divide-china&catid=13:mundo&Itemid=74

Ixxi Boeira, SL & Guivant, JS. Indústria de Tabaco, Tabagismo e Meio Ambiente: As Redes ante os Riscos . Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 20, n. 1, p. 45-78, jan./abr. 2003

Ixxii Silva LX . Análise do complexo agroindustrial fumageiro Sul- brasileiro sob o enfoque da economia dos custos de transação – tese de doutorado defendida em economia defendido na Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 2002. <http://www6.ufrgs.br/pgdr/arquivos/629.pdf>

Ixxiii Globo. com notícias. Desmatamento no RS. Mata Atlântica dá lugar a áreas de lavoura de fumo em várias áreas do Estado – 01/12/2010
<http://www.terraadagente.com.br/NOT,0,0,325922,Desmatamento+no+RS.aspx>

Ixxiv AGU - IBAMA, AGU e produtores de fumo assinam Termo de Compromisso para monitoramento de plantações de tabaco e proteção ambiental no RS - 16 de setembro de 2011

<http://abdir.jusbrasil.com.br/noticias/2839293/ibama-agu-e-produtores-de-fumo-assinam-termo-de-compromisso-para-monitoramento-de-plantacoes-de-tabaco-e-protECAo-ambiental-no-rs>

Ixxv Correio do Povo . Ibama flagra desmatamento no Rio Grande do SulÁrea abrange 150 hectares de Mata Atlântica usados para plantação de fumo 19/11/2010. <http://www.agrocim.com.br/noticia/Ibama-flagra-desmatamento-no-Rio-Grande-do-Sul.html>

Ixxvi Ecodebate Cidadania e Meio Ambiente. Ibama apreende araucárias derrubadas ilegalmente no bioma Mata Atlântica no Rio Grande do Sul. maio 3, 2011 <http://www.ecodebate.com.br/2011/05/03/ibama-apreende-arauarias-derrubadas-ilegalmente-no-bioma-mata-atlantica-no-rio-grande-do-sul/>

Ixxvii Maura Campanili. Fumando a Mata Atlântica. Souza Cruz ignora origem da lenha utilizada por agricultores nas estufas de fumo
<http://www.socioambiental.org/site/parabolicas/edicoes/edicao48/reportag/pg2.htm>

Ixxviii Rede Brasil Atual . Por trás de cada cigarro, fomicultura esconde violações ambientais e de direitos Para lembrar o Dia Mundial sem Tabaco, Rede Brasil Atual apresenta reportagens sobre os problemas trabalhistas, sociais, ambientais e de saúde da produção do fumo. 30 de maio de 2011.
<http://www.redebrasilatual.com.br/temas/trabalho/2011/05/por-tras-de-cada-cigarro-dezenas-de-violacoes>

Ixxix Revista Galileu 1996 Uma epidemia de suicídios
<http://revistagalileu.globo.com/Galileu/0,6993,ECT356206-1708-3,00.html>

McKnight RH; Spiller HA.2005 Green tobacco sickness in children and adolescents. Public Health Rep. 2005 Nov- Dec;120(6):602-5

Ixxx Jeffrey S McBride, David G Altman, Melissa Klein, Wain White 1998 Green tobacco sickness Tob Control 1998;7:294-298 <http://tobaccocontrol.bmj.com/cgi/content/abstract/7/3/294>

Ixxxi McKnight RH; Spiller HA.2005 Green tobacco sickness in children and adolescents. Public Health Rep. 2005 Nov- Dec;120(6):602-5

Ixxxii Almeida, GEG, 2005 Fumo servidão moderna e violação dos direitos humanos. Terra de Direitos – Organização Civil pelos Direitos Humanos (org). Curitiba/Paraná
www.terraedireitos.org.br/arquivos/modulo_4/conteudo3522.pdf



- lxxxiii **Ministério Público denuncia trabalho infantil nas lavouras de tabaco da região Sul**
http://www.prt9.mpt.gov.br/clipping_de_noticias/030708_mp.html
- lxxxiv **Zero Hora Ministério identifica mal da folha do fumo 09/07/2009**
http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/sus/pdf/julho/ms_identifica_mal_folha_fumo_0907.pdf
- lxxxv **Doença da folha verde do tabaco é causa de internações em Arapiraca - 05/08/2009 - As estatísticas hospitalares mostram que a doença da Folha Verde do Tabaco é uma das maiores causas de internações na região fumageira de Alagoas, principalmente na Unidade de Emergência do Agreste. Arapiraca**
<http://www.coisasdemaceio.com.br/modules/news/article.php?storyid=11926>
- lxxxvi **Doença da Folha Verde do Tabaco 07 de julho de 2009 - A doença foi identificada em 33 trabalhadores durante a colheita do fumo, no município gaúcho de Candelária. As autoridades do Ministério da Saúde acreditam, no entanto, que o número de agricultores intoxicados é muito maior, Oficialmente, a doença só foi identificada no Brasil em 2007, devido a um trabalho do ministério no município alagoano de Arapiraca, onde 107 trabalhadores estavam com a intoxicação.**
<http://www.canalrural.com.br/blog/jsp/default.jsp?source=DYNAMIC, blog.BlogDataServer, getBlog&uf=1&local=1&template=3948.dwt§ion=Blogs&post=200991&blog=476&coldir=1&topo=4138.dwt>
- lxxxvii **Tobacco Worker's Lung** <http://www.emedicine.com/med/TOPIC2282.HTM>
- lxxxviii **AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR RESPONSABILIDADE CIVIL E AMBIENTAL CUMULADA COM PERDAS E DANOS, com pedido de tutela antecipada - VALDEMAR SANTOS contra UNIVERSAL LEAF TABACOS LTDA.**
http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:JSCgFaTlotkJ:editora.globo.com/galileu/edic/134/agrotoxico_peticao_valdemar.doc+Valdemar+Santos+A%C3%87%C3%83O+DE+INDENIZA%C3%87%C3%83O+POR+RESPONSABILIDADE+CIVIL+E+AMBIENTAL+CUMULADA+COM+PERDAS+E+DANO S,+com+pedido+de+tutela+antecipada+contra&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br
- lxxxix **OLIVEIRA, Patricia Pereira Vasconcelos de et al. First reported outbreak of green tobacco sickness in Brazil. *Cad. Saúde Pública* [online]. 2010, vol.26, n.12 [citado 2012-10-04], pp. 2263-2269 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2010001200005&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 0102-311X. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2010001200005>.**
- ^{xc} **DECRETO N° 6.481, DE 12 DE JUNHO DE 2008. Regulamenta os artigos 3o, alínea “d”, e 4o da Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação, aprovada pelo Decreto Legislativo no 178, de 14 de dezembro de 1999, e promulgada pelo Decreto no 3.597, de 12 de setembro de 2000, e dá outras providências.**
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6481.htm
- ^{xc} **Correio Braziliense Trabalho infantil impulsiona o tabaco. Setor que fatura cerca de R\$ 16 bilhões ao ano tem 80 mil crianças empregadas na lavoura e 1 milhão de agricultores em situação análoga à de escravos, segundo denúncia do Ministério Público. 18/06/2010.**
http://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/economia/2010/06/18/internas_economia,198270/index.shtml
- ^{xcii} **Deser - Departamento de Estudos Socio econômicos Rurais. Boletim Julho 2012. PRONAF quer apoiar os Agricultores Produtores de Fumo que apostam na Diversificação**
<http://www.deser.org.br/adm/ver.asp?id=54>



- ^{xciii} Restrição no acesso ao crédito do Pronaf afeta fumicultores da região. Hoje Centro Sul 25 de julho de 2012 - <http://www.hojecentrosul.com.br/agricultura/restricao-no-acesso-ao-credito-do-pronaf-afeta-fumicultores-da-regiao/>
- ^{xciv} Jornal da Câmara dos Deputados 18 de julho de 2012 - Ano 13 Nº 2823 ECONOMIA - Produtores de fumo criticam resolução do Banco Central. <http://www.camara.gov.br/internet/jornalcamara/default.asp?selecao=materia&codMat=73938&codjor=>
- ^{xcv} Folha do Mate.com 17/07/2012 Medida do Banco Central restringe crédito para fumicultores no Pronaf. <http://folhadomate.com/noticias/rural/3999-medida-do-banco-central-restringe-credito-para-fumicultores-no-pronaf>
- ^{xcvi} Estadão .com.br 08 de setembro de 2012. BNDES emprestou R\$ 336 milhões à agroindústria do fumo em 5 anos. Valor para ajudar pequenos fumicultores foi só de R\$ 22,4 milhões entre 2006 e 2011.... <http://www.estadao.com.br/noticias/vidae,bndes-emprestou-r-336-milhoes-a-agroindustria-do-fumo-em-5-anos,927835,0.htm>
- ^{xcvii} BNDES. Informe setorial . Abril de 2011 – No 20. O BNDES e a agroindústria em 2010.
- ^{xcviii} Jornal O Estadão 12 de junho de 2010. Comissão de Governo aprova plano de incentivo a produção de fumo no país. Acessível em <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,comissao-do-governo-aprova-plano-de-incentivo-a-producao-de-fumo-no-pais,579862,0.htm>
- ^{xcix} Aliança de Controle do Tabagismo (ACTBr) trecho de carta enviada ao Ministro da Agricultura em 1º de setembro em 2010. Acessível em http://actbr.org.br/uploads/conteudo/504_Carta_cinzeiro.pdf
- ^c World Bank **Curbing the Epidemic: Governments and the Economics of Tobacco Control**, World Bank Development in Practice series. 1999. Washington DC. 104 pages <http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/TOPICS/EXTHEALTHNUTRITIONANDPOPULATION/EXTETC/0,,contentMDK:20227652~menuPK:376607~pagePK:148956~piPK:216618~theSitePK:376601,00.html>
- ^{ci} World Bank 2012 . Health . In 1991 the World Bank [adopted a policy](#) not to lend, invest in, or guarantee investments or loans for tobacco production, processing, or marketing. The Bank’s activities in the health sector discourage the use of tobacco products. For more, see [World Bank and Tobacco Control: The Facts](#). <http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/TOPICS/EXTHEALTHNUTRITIONANDPOPULATION/0,,contentMDK:22759029~menuPK:282516~pagePK:148956~piPK:216618~theSitePK:282511,00.html>
- ^{cii} Secretary General's Report to ECOSOC on the activities of the UN Ad Hoc Inter-Agency Task Force on Tobacco Control 2006 http://www.who.int/tobacco/communications/events/ecosoc_2006/en/index.html
- ^{ciii} CDC 2002. Preventing Chronic Diseases: Investing Wisely in Health ... Preventing Tobacco Use
- ^{civ} Québec Coalition for Tobacco Control 2004 **UPDATE ON SMOKING COSTS TO SOCIETY** January 15th, 2004 obtido online em 28 de julho 2007 http://www.cqct.qc.ca/Documents_docs/DOCU_2004/ETUD_04_01_15_GroupeDAnalyseCoutTabacENG.PDF



^{cv} ACT lança estudo inédito sobre custos das doenças tabaco relacionadas. O país gasta quase 21 bilhões de reais com tratamento de câncer, doenças cardíacas, pulmonares e derrames decorrentes do uso do tabaco http://www.actbr.org.br/uploads/conteudo/720_release_custo_de_tabagismo_3105.pdf

BRASIL GASTOU R\$ 21 BILHÕES COM DOENÇAS RELACIONADAS AO TABACO EM 2011
(31/5/2012) Agência Brasil <http://actbr.org.br/comunicacao/noticias-conteudo.asp?cod=2184>

^{cvi} ATTORNEYS' FEES AND THE TOBACCO SETTLEMENT WEDNESDAY, DECEMBER 10, 1997
House of Representatives, Subcommittee on Courts and Intellectual Property, Committee on the Judiciary,
Washington, DC. http://commdocs.house.gov/committees/judiciary/hju53772.000/hju53772_of.htm

^{cvi} Manitoba among 6 provinces to sue tobacco companies. Justice minister accuses tobacco industry of being
'deceptive'. CBC news – 31 de maio de 2012 <http://www.cbc.ca/news/health/story/2012/05/31/mb-manitoba-sues-tobacco-companies-winnipeg.html?cmp=rss>